

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
DA EMPRESA E DOS NEGÓCIOS
NÍVEL MESTRADO**

VITHOR ASSUNÇÃO SOUSA

**INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO BRASIL:
Elementos estruturantes para sua implementação prática**

Porto Alegre - RS

2022

VITHOR ASSUNÇÃO SOUSA

**INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO BRASIL:
Elementos estruturantes para sua implementação prática**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito da Empresa e dos Negócios, pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Orientador: Prof. Dr. Manoel Gustavo Neubarth Trindade

Porto Alegre - RS

2022

FICHA CATALOGRÁFICA

A ficha catalográfica é obrigatória para dissertações e teses, não pode contar na paginação do trabalho.

A Catalogação Internacional na Publicação (CIP) determina que a ficha catalográfica deve ser incluída no verso da folha de rosto e elaborada por um bibliotecário, com registro no Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB). Constitui-se de um conjunto de informações bibliográficas descritas, de forma ordenada, seguindo o Código de Catalogação Anglo-Americano vigente.

Atenção: Na maioria dos cursos a ficha é incluída após a banca, verifique com o seu orientador ou na secretaria do seu curso.

VITHOR ASSUNÇÃO SOUSA

**INTERNACIONALIZAÇÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO BRASIL:
Elementos estruturantes para sua implementação prática**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito da Empresa e dos Negócios, pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Empresa e dos Negócios da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

Aprovado em 05 de outubro de 2022.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Cristiano Colombo – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Prof. Dr. Éderson Garin Porto – Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

Profa. Dra. Viviane Aprigio Prado e Silva – Universidade de Rio Verde (UniRV)

Dedico este trabalho a todos que de alguma forma
contribuíram para o seu sucesso.

AGRADECIMENTOS

Agradeço minha família, meus amigos e colegas de turma, minha companheira e a todos que contribuíram de alguma forma para a conclusão deste trabalho.

Agradeço especialmente, meu orientador, Prof. Dr. Manoel Gustavo Neubarth Trindade, pela paciência e ensinamentos ao longo desta caminhada.

Agradeço a todos os professores do PPG em Direito da Empresa e dos Negócios, em especial, aos que ministraram aulas para a Linha de Pesquisa 02, pois certamente me forneceram as ferramentas necessárias para que eu pudesse ser capaz de concluir esta dissertação.

Por fim, mas não menos importante, agradeço a UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos e a UniRV – Universidade de Rio Verde, pela oportunidade em cursar este Mestrado e pelo incentivo ao desenvolvimento profissional de todos.

Educação é o processo vital, radicado na natureza espiritual e perfectível da criatura humana, pelo qual essa criatura, com o apoio do convívio social, particularmente com o da família e dos que a antecederam, vai desdobrando as suas energias germinais interiores, que traz ao nascer, e conduzindo-as à plenitude atuante e, ao mesmo tempo, toma posse do patrimônio da cultura e civilização acumulado pelas gerações precedentes, e se insere, como membro vivo e participante, na comunidade humana de seu tempo e nos hábitos e peculiaridades do seu povo e sua região.¹

¹ PRADO, L. A. **Educação: ajudar a pensar, sim, conscientizar, não.** Rio de Janeiro: Agir, 1991. p. 76.

RESUMO

A presente dissertação objetivou identificar os principais pontos práticos que podem colaborar com o processo de internacionalização das universidades públicas brasileiras, buscou-se também exemplificar as formas e orientações para que essas Instituições de Ensino Superior possam iniciar seu próprio processo de desenvolvimento internacional. Inicialmente, o presente estudo explica seu método de pesquisa, após a introdução no primeiro capítulo, onde se define a natureza desta dissertação podendo ser classificada como de pesquisa aplicada, pois tem o intuito de desenvolver soluções práticas aplicáveis às Universidades Públicas Brasileiras, especialmente as municipais. No terceiro capítulo, o estudo partiu da conceituação do fenômeno da internacionalização e também tratou de trabalhar a correlação entre os conceitos de globalização e internacionalização. Dessa maneira, procurou-se mostrar a urgência de implantação desse processo e como isso pode impactar não só no crescimento institucional, mas também no crescimento social. No mesmo capítulo, o estudo também se propôs a clarear o caminho, já que não há um sistema ou um regramento específico para isso. Como exemplo de case de sucesso, buscou-se demonstrar as características da UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora no cenário nacional e internacional, com sua apresentação estrutural e de programas que têm ou teve participação, como por exemplo, o programa Estudante-convênio e o Ciência sem Fronteiras. Ainda, no quarto capítulo, explorou-se as diretrizes e os princípios norteadores do Programa "Future-se" do Governo Federal como premissas para início do processo de internacionalização. Nesse mesmo sentido, analisou-se a estrutura do Guia Estratégico de Internacionalização Institucional da CAPES, a fim de corroborar com a entrega do presente trabalho científico. Nessa linha, buscou-se responder à comunidade acadêmica quais são os elementos estruturantes para estabelecer um processo de Internacionalização adequado nas Universidades Públicas, especialmente as municipais, a fim de aumentar sua autonomia administrativa por meios mais independentes, ou seja, criando seu próprio plano de desenvolvimento internacional. Para tanto, utilizou-se principalmente, a metodologia de pesquisa bibliográfica e também o método de pesquisa documental. A conclusão do autor, foi de que a internacionalização é um processo que tem meios para alavancar as Instituições de Ensino Superior, com o fim de se colocarem no mapa do mundo globalizado, sem perder tempo, tendo em vista as mudanças rápidas que a

tecnologia provocou nos últimos anos. Para isso, pretende-se entregar um modelo prático com ações e diretrizes que as Universidades Públicas, especialmente as municipais, poderão tomar para iniciar seu próprio processo (plano) de internacionalização, contando, especialmente, com as ações de internacionalização, a matriz de (auto) avaliação, o perfil institucional no cenário global e a estrutura institucional sugerida para implementação dentro da Universidade.

Palavras-chave: internacionalização; universidades; Brasil; ensino superior.

ABSTRACT

The present dissertation aimed to identify the main practical points that can collaborate with the internationalization process of Brazilian public universities, it was also sought to exemplify the forms and guidelines so that these Higher Education Institutions can start their own international development process. Initially, this study explains its research method, after the introduction in the first chapter, where the nature of this dissertation is defined, it can be classified as an applied research, because it aims to develop practical solutions applicable to the Brazilian Public Universities, especially the municipal ones. In the third chapter, the study started from the conceptualization of the internationalization phenomenon and also worked on the correlation between the concepts of globalization and internationalization. In this way, we tried to show the urgency of implementing this process and how it can impact not only institutional growth, but also social growth. In the same chapter, the study also proposed to clarify the path, since there is no system or specific regulation for this. As an example of a successful case study, we sought to demonstrate the characteristics of UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora in the national and international scenario, with its structural presentation and the programs that it has or has had a participation in, such as, for example, the Student-Covenant program and the Science without Borders program. The fourth chapter also explored the guidelines and guiding principles of the Federal Government's "Future-se" Program as premises for the beginning of the internationalization process. In the same vein, the structure of CAPES's Strategic Guide for Institutional Internationalization was analyzed in order to corroborate the delivery of this scientific work. In this line, it was sought to answer the academic community what are the structuring elements to establish an adequate internationalization process in public universities, especially municipal ones, in order to increase their administrative autonomy through more independent means, that is, creating their own international development plan. To do so, the author used mainly, the bibliographical research methodology and also the documental research method. The author's conclusion was that internationalization is a process that has the means to leverage Higher Education Institutions, in order to place themselves on the map of the globalized world, without losing time, in view of the rapid changes that technology has caused in recent years. For this, it is intended to deliver a practical model with actions and guidelines that Public Universities, especially municipal ones, can take to

start their own internationalization process (plan), counting, especially, with the internationalization actions, the (self) evaluation matrix, the institutional profile in the global scenario and the institutional structure suggested for implementation within the University.

Key-words: internationalization; universities; Brazil; University education.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Evolução do número de acordos de cooperação bilaterais da UFJF.	34
Figura 2: Selecionados para o PEC-G: África – 2000 a 2017.	38
Figura 3: Selecionados para o PEC-G: América Latina – 2000 a 2017.	39
Figura 4: Selecionados para o PEC-G: Ásia – 2000 a 2017.	39
Figura 5: Número de estudantes PEC-G na UFJF no período de 2007 a 2015.	40
Figura 6: Número de bolsas Promisaeas implementadas pela UFJF.	41
Figura 7: Áreas contempladas no CsF.	44
Figura 8: Bolsistas do CsF pelo mundo no <i>Google Maps</i>	45
Figura 9: País de destino do bolsista - CsF.	45
Figura 10: Distribuição de bolsas implementadas por área prioritária - CsF.	47
Figura 11: Distribuição de bolsas implementadas por modalidade - CsF.	48
Figura 12: Quantitativo de bolsas de graduação por região - CsF.	48
Figura 13: Quantitativo de bolsas de graduação por região - CsF.	49
Figura 14: Matriz Multidimensional de (Auto) Avaliação da Internacionalização.	77
Figura 15: Resumo de sugestões de Classificação da Matriz.	81
Figura 16: Organograma.	84

LISTA DE SIGLAS

ABDIB	Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base
ACE-LAB	<i>American Education Council</i>
ACINNET	<i>Academic International Network</i>
ANP	Agência Nacional do Petróleo
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNT	Confederação Nacional dos Transportes
CONFAP	Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa
CONSUNI	Conselho Universitário
CRI	Coordenação de Relações Internacionais
CsF	Ciência sem Fronteiras
DAI-SESu	Departamento Internacional Assuntos do Instituto de Ensino Superior
DCE-DCT	Departamento de Cooperação Técnico-Científica e Tecnológica
DRI	Diretoria de Relações Internacionais
ECOPLI	Educação Continuada com Professores de Língua Inglesa
EMBRAER	Empresa Brasileira de Aviação
FALE	Faculdade de Letras
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FAUBAI	Associação Brasileira de Educação Internacional
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
GRI	Gestão de Relações Internacionais
IAD	Instituto de Artes e Design
ICB	Instituto de Ciências Biológicas
ICE	Instituto de Ciências Exatas
ICHL	Instituto de Ciências Humanas e Letras
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil
IsF	Idiomas sem Fronteiras
INO	<i>International Opportunity Grant</i>
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações

MEC	Ministério da Educação
MRE	Ministério das Relações Exteriores
OS	Organizações Sociais
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PEC-G	Programa de Graduação
PEC-PG	Programa Aluno-Pós-Graduação Contrato
PRINT	Programa de Instituições Internacionais
PROACAD	Pró-Reitoria de Estudos
Promisaes	Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior
RAG	Regulamento da Graduação Acadêmica
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo
UFJF	Universidade Federal de Juiz de Fora
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 MÉTODO DE PESQUISA	18
3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	20
3.1. O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO À PRIMEIRA VISTA.....	21
3.2. GLOBALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO	25
3.3 PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA	29
3.3.1 Relações Internacionais na UFJF	32
3.3.2 Principais programas gerenciados pela Diretoria de Relações Internacionais da UFJF	36
3.3.2.1 Programas Estudante-convênio	36
3.3.2.2. Ciência sem Fronteiras	42
4 INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO E SUA APLICABILIDADE PRÁTICA	51
4.1 DIRETRIZES E AÇÕES DO PROGRAMA FUTURE-SE COMO PREMISSAS PARA O INÍCIO DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO.....	54
4.2 GUIA ESTRATÉGICO DE INTERNACIONALIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA CAPES.....	60
4.3 MODELO PRÁTICO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS	62
4.3.1 Ações de internacionalização das universidades no contexto do pós- pandemia	73
4.3.2 Matriz multidimensional de (auto) avaliação da internacionalização	76
4.3.3 Perfil institucional no cenário global	82
4.3.4 Estrutura Institucional Sugerida	83
5 CONCLUSÃO	86
REFERÊNCIAS	89

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos cinco anos, um programa lançado pelo governo federal denominado Future-se gerou mais do que críticas positivas ou negativas à mobilidade acadêmica internacional: o programa colocou definitivamente a internacionalização na agenda das políticas públicas brasileiras de educação superior. No entanto, o processo de internacionalização na sua forma atual antecede o próprio programa e já esteve presente nas discussões da década de 1990 e no início dos anos 2000, demonstrando sua importância para o ensino superior e seus impactos na ciência, cultura e economia.

Desde a implantação desse processo, é importante e urgente um exame crítico do fenômeno da internacionalização nas universidades públicas brasileiras, a fim de identificar os fatores que levam à sua implantação e as possíveis consequências dela. Dessa forma, Carvalho e Araújo justificam o estudo do tema com base em sua contemporaneidade e também na importância que exerce na educação brasileira, portanto propõe-se a discussão da gestão propriamente dita da internacionalização do ensino superior brasileiro.²

Dada a importância do tema, este trabalho objetivou, portanto, identificar os principais pontos práticos que podem colaborar com o processo de internacionalização das universidades públicas brasileiras. Este tema foi escolhido com base na escassez do atual cenário da educação superior do Brasil em relação aos processos de internacionalização de Universidades Públicas e também com base no interesse em examinar os fatores intrínsecos do processo de internacionalização das Instituições de Ensino Superior, levando em consideração a análise da emergência e desenvolvimento dos processos de internacionalização a partir de:

- a) Projetos próprios (Modelo Prático) de universidades (IES), que surgem por meio de acordos de cooperação científica e inserção em grupos ou redes internacionais;

² CARVALHO, S. B. R. D.; ARAÚJO, G. C. D. Gestão da internacionalização das instituições de ensino superior. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v. 25, n. 01, p. 113-131, mar./2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/aval/a/QrmFmDCs45s3s75TsMLCR3q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 mai. 2022. p. 115.

- b) Projetos fora da IES, como é o caso do aproveitamento das Diretrizes do Programa “Future-se” e do extinto “Ciência sem Fronteiras”, ambos do Governo Federal;
- c) Regras e orientações do Guia de Internacionalização da CAPES.

O tema proposto para este estudo foi escolhido por contribuir para a reflexão sobre o processo de internacionalização das universidades públicas brasileiras, com base nas dificuldades destas de iniciarem suas próprias expansões a nível internacional. Utilizar-se-á, pesquisas relacionadas de grandes debatedores do tema, tais como, Altbach e Knight,³ Bartell,⁴ Chesnais,⁵ Lima et. al.,⁶ Santos,⁷ Saviani,⁸ Sguissaridi,⁹ entre outros.

O presente estudo visa estabelecer e exemplificar formas e orientações para as Universidades Públicas, especialmente as municipais. Desta forma, exemplificar-se-á o caso da UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora no cenário nacional e internacional, pois trata-se de uma universidade modelo em relação ao seu desenvolvimento internacional.

No decorrer do desenvolvimento deste trabalho, foi levantada a questão do tratamento da educação superior em relação às diretrizes dos organismos internacionais, primeiro considerando suas implicações no contexto internacional e depois no Brasil.

Desta maneira, o problema para o qual ofereceremos soluções pode ser resumido na seguinte indagação: Quais são os elementos estruturantes para estabelecer um processo de Internacionalização nas Universidades Públicas, especialmente as municipais, a fim de aumentar sua autonomia administrativa por meios mais independentes, tomando como referência o case de sucesso da UFJF -

³ ALTBACH, P.; KNIGHT, J. The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities. **Journal of Studies in International Education**. v. 11. n. 3/4. 290-305. 2007.

⁴ BARTELL, M. **Internationalization of universities**: A university culture-based framework. Higher Education. Manitoba, Winnipeg, 2003.

⁵ CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

⁶ LIMA, L.; AZEVEDO, M. L. N.; CATANI, A. M. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a universidade nova. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008.

⁷ SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

⁸ SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**: Campinas: Autores Associados, 2007.

⁹ SGUISSARDI, V. **Universidade brasileira no século XXI**: desafios do presente. São Paulo: Cortez, 2009.

Universidade Federal de Juiz de Fora, as Diretrizes do programa “Future-se” do Governo Federal e o Guia Estratégico de Internacionalização da CAPES?

Este tema está diretamente relacionado com a direção de pesquisa deste trabalho, uma vez que a internacionalização se apresentou como uma contribuição estratégica e como uma extensão das possibilidades de projeção nacional e internacional, especialmente nas áreas de gestão, políticas públicas e avaliação educacional.

Na presente dissertação, perseguimos os seguintes objetivos de pesquisa:

- a) Verificar os fatores motivadores da internacionalização das Instituições de Ensino Superior (IES) no contexto mundial;
- b) Analisar o processo de internacionalização da UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora no cenário nacional e mundial;
- c) Examinar o plano de apresentação e os princípios norteadores do programa Future-se do Governo Federal;
- d) Averiguar a estrutura do Guia Estratégico de Internacionalização Institucional da CAPES;
- e) Propor um modelo (plano) de internacionalização e uma estrutura institucional, adequado às características das Universidades públicas, especialmente as municipais, orientado pelo case de sucesso da UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora, as Diretrizes do programa “Future-se” do Governo Federal e do Guia Estratégico de Internacionalização da CAPES.

No primeiro momento desta dissertação, será exemplificado o método de pesquisa utilizado no presente trabalho, com suas características, natureza, descrição, bem como sobre de que forma foi realizada a coleta de dados e sua respectiva análise.

Em seguida, no segundo capítulo, analisar-se-á a conceituação do processo de internacionalização e como se dá a primeira vista. Serão tratados os conceitos de globalização e internacionalização para melhor compreensão do tema e sua correlação. Neste capítulo, recorreremos às importantes contribuições de Chesnais,¹⁰

¹⁰ CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

Almendra¹¹ e Morosini¹² para a definição dos termos, globalização e internacionalização, sem deixar os demais mencionados anteriormente de lado.

Ainda no segundo capítulo, serão analisados os principais pontos do processo de internacionalização da UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora, com enfoque na gestão dos seus principais programas de mobilidade: os programas Estudante-convênio e o programa CsF, dentre outros. O intuito da explanação do *case* de sucesso da UFJF é compreender como uma Universidade Pública foi se desenvolvendo internacionalmente. A compreensão estrutural do desenvolvimento institucional é de suma importância para o produto deste trabalho científico.

Já no terceiro capítulo, demonstrar-se-á sobre a introdução ao processo de internacionalização do ensino superior. Para isso, de início, neste capítulo serão apresentadas as diretrizes do Programa “Future-se” do Governo Federal como premissas para o início do processo de internacionalização nas Universidades Públicas brasileiras, bem como o Guia Estratégico de Internacionalização Institucional da CAPES. Em seguida, será apresentado o modelo com ações práticas, a serem aplicadas, exemplificado em alíneas para implementação do processo de internacionalização nas Universidades Públicas Brasileiras, que poderá ser aplicado por qualquer Instituição de Ensino Superior que tenha esse objetivo. A proposta, será, portanto, o plano de internacionalização, de aplicabilidade imediata, com ações e diretrizes iniciais para as Instituições de Ensino Superior interessadas.

¹¹ ALMENDRA, C. C. Globalização e imperialismo. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Revista Estudos**. n.1. jun. p.133-165. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998.

¹² MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educar em Revista**, Curitiba, n.28, p.1-9, jul./dez. 2006.

2 MÉTODO DE PESQUISA

Inicialmente, este estudo tem como objetivo investigar o fenômeno da internacionalização do ensino superior público brasileiro, por meio de consulta em livros, trabalhos acadêmicos, sites, documentos, entre outros tipos de bibliografias. Ou seja, de início, quanto ao procedimento metodológico, tem-se uma pesquisa predominantemente exploratória, na qual exemplificaremos os conceitos do fenômeno, a importância do tema e também perspectivas atuais.¹³

Posteriormente, em um segundo momento, ainda na fase de coleta de dados, foram utilizados sites, documentos públicos, inclusive tabelas, principalmente quanto à demonstração dos programas de internacionalização da UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora. Portanto, também será utilizado como procedimento, o método de pesquisa documental.

Quanto à natureza, essa dissertação pode ser classificada como pesquisa aplicada, pois tem o intuito de desenvolver soluções práticas aplicáveis às Universidades Públicas Brasileiras, especialmente as municipais.¹⁴

Quanto à análise dos dados, pode-se dizer que esta é uma pesquisa descritiva, tendo em vista que serão expostas as características do processo de internacionalização das Instituições de Ensino Superior e suas dimensões, tomando como exemplo o case de sucesso da UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora, mas também com foco, principalmente, na exemplificação de ações práticas ao final.

Outrossim, o método utilizado para a análise lógica da investigação é o hipotético-dedutivo, por meio do qual, ao final, serão oferecidas soluções hipotéticas para o problema da presente pesquisa científica.¹⁵

Conclui-se que essa análise baseou-se em revisões bibliográficas e pesquisa documental, sendo que grande parte dela foi extraída, organizada e interpretada de acordo com o tratamento metodológico dos documentos destacados por Pimentel.¹⁶

¹³ GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7 ed., São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020991/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

¹⁴ SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.

¹⁵ MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 9 ed., reimpr., São Paulo Atlas, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

¹⁶ PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

Do ponto de vista do tratamento da documentação, como método de organização, compreensão e produção de conhecimento científico, Pimentel preleciona:

No âmbito da abordagem qualitativa, diversos métodos são utilizados de forma a se aproximar da realidade social, sendo o método da pesquisa documental aquele que busca compreendê-la de forma indireta por meio da análise dos inúmeros tipos de documentos produzidos pelo homem.¹⁷

Pimentel enfatiza o tratamento metódico dos documentos e, antes de mais nada, aponta que neles se encontram as categorias de análise. Portanto, segundo o autor, o primeiro passo seria encontrar aqueles documentos que deveriam receber um tratamento orientado pelo problema proposto na pesquisa, que estabeleça a composição das peças como um quebra-cabeça. No caso do sujeito da pesquisa, primeiro foi realizada uma busca bibliográfica mais ampla sobre o tema até que pudesse ser delimitada no processo de internacionalização das universidades públicas brasileiras e a partir daí as categorias de análise.¹⁸

Para a implementação do processo de internacionalização, foi encontrada uma quantidade considerável de conteúdo didático descrevendo estratégias de internacionalização, na forma de manuais ou artigos, também em inglês, elaborados por associações, grupos e organizações internacionais.

Foram consultadas dissertações recentes sobre internacionalização da educação superior preparadas no Brasil. Dentre os trabalhos consultados, destaca-se, em primeiro lugar, a dissertação de Cristiana Verônica Mueller¹⁹ apresentou um estudo de caso sobre o processo de internacionalização, na UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em termos metodológicos, o trabalho de Rosemeri Nunes Feijó²⁰ voltou-se para o estudo de caso de alunos estrangeiros do programa de pós-graduação em antropologia social da UFRGS - Universidade Federal do Rio

¹⁷ PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001. p. 179.

¹⁸ PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

¹⁹ MUELLER, C. V. **O processo de internacionalização do ensino superior: um estudo de caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Orientadora: Maria Susana Arrosa Soares. 2013. 74 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Mestrado em Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

²⁰ FEIJÓ, N. F. **A internacionalização da educação superior no Brasil: um estudo de caso de alunos estrangeiros do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS**. 2013.

Grande do Sul. Outro trabalho que merece destaque é a dissertação de Paulo Henrique de Almeida²¹ sobre a troca de conhecimentos entre pesquisadores nacionais e internacionais no programa Ciência sem Fronteiras. Insta ressaltar que tais pesquisadores colaboraram apenas para o norteamento de alguns pontos desta pesquisa, mas não no que se refere a coleta de dados, ainda sim, cumpre citar o referencial de cada um deles haja vista a importância dos temas.

Por outro lado, os relatórios de situação da Diretoria de Relações Internacionais da Universidade Federal de Juiz de Fora para o período de 2006 a 2015 serviram para exemplificar a implementação prática do processo de internacionalização do ensino superior, além disso, uma série de dados relevantes para esta pesquisa foram fornecidos, especialmente em relação ao Programa “Ciências sem Fronteiras”. O acesso a esses documentos estava prontamente disponível, no site da instituição e no site do Governo Federal.

No que se refere ao Programa “Future-se”, o governo federal possui, quantidade necessária de dados disponíveis sobre o programa nos sites oficiais, possibilitando assim, o acesso às suas diretrizes.

Por fim, propõe-se ações e diretrizes a serem seguidas para a implementação prática do processo de Internacionalização nas Universidades. Como dito anteriormente, a pesquisa aplicada tem esse objetivo, portanto, trata-se de um modelo sugerido aos gestores universitários, exposto no último capítulo da presente dissertação.

3 A INTERNACIONALIZAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR

Da obra “A Dialética do Concreto” de Karel Kosik sabemos que a dialética trata da coisa em si, do concreto. A coisa em si não se revela imediatamente às pessoas, entretanto, entendê-la requer não apenas um certo esforço, mas também um aprofundamento na maneira prática e útil de lidar com as coisas.²²

²¹ ALMEIDA, P. H. **O compartilhamento do conhecimento entre pesquisadores nacionais e internacionais do Programa Ciência sem Fronteiras**. Dissertação (Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

²² KOSIK, K. **A Dialética do Concreto**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

Portanto, neste capítulo partimos do aspecto fenomenal relacionado ao processo de internacionalização da educação superior, sua inserção no mundo da pseudoconcreticidade, de processos essenciais, para em seguida realizar o aprofundamento que nos permitiu compreender o assunto, ou seja, para alcançar a essência por trás do fenômeno e suas várias discussões em nosso ordenamento.

3.1. O PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO À PRIMEIRA VISTA

De acordo com Kosik, o pensamento não tem a capacidade de apreender corretamente o concreto imediato. Tomemos, por exemplo, o conceito de internacionalização do ensino superior, nada mais é do que uma abstração que pouco explica sobre a própria realidade, uma vez que não corresponde à complexidade da realidade. Como esse conceito não pode romper com uma representação caótica do todo, é necessário continuar a análise até o mais simples dos conceitos. Posteriormente, após a análise, é necessário reconstruir o objeto e refazer o caminho ao contrário: dos conceitos mais simples ao que constituiu o ponto de partida, superando a representação caótica do todo, em uma rica totalidade de determinações.²³

O processo de internacionalização do ensino superior tem-se apresentado de forma contundente da seguinte maneira, sobretudo nas últimas três décadas: a internacionalização é necessária e inúmeros eventos de grande, médio e pequeno porte são realizados anualmente, a começar por esse *slogan* apresentado aos gestores, professores, pesquisadores e o restante da comunidade acadêmica. Numerosos rankings mundiais são publicados para listar as melhores universidades, que por acaso também são as mais internacionalizadas. Diretrizes e procedimentos de fácil implementação são encontrados nesses eventos para internacionalizar o ensino superior.

Eventos importantes em todo o mundo tratam sobre o assunto, as influências mais importantes aparecem regularmente em países da América do Norte e da Europa, quase sempre com o mesmo formato e conteúdo. São discutidas estratégias de internacionalização, programas são apresentados, soluções práticas são

²³ KOSIK, Karel. **A Dialética do Concreto**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

almeçadas para resolver problemas que vão desde a conversão de créditos em uma determinada disciplina até questões de políticas públicas nacionais.

Para Knight, a internacionalização pode contribuir no seguinte sentido:

[...] a internacionalização pode, por exemplo, ajudar no desenvolvimento do conhecimento, das habilidades e dos valores internacionais e interculturais entre os estudantes por meio de melhorias no ensino e na aprendizagem, através da mobilidade internacional e de um currículo que inclua elementos comparativos, internacionais e interculturais.²⁴

A autora, aborda o processo de internacionalização como sendo de grande influência para o crescimento acadêmico, fortalecendo e apresentando resultados concretos entre os estudantes. Em seu trabalho, apresenta um resumo das diferentes interpretações sobre a internacionalização, traduzido por Luce *et al.*:

[...] para alguns, significa uma série de atividades, tais como: a mobilidade acadêmica de estudantes e de professores, redes internacionais, associações e projetos, novos programas acadêmicos e iniciativas de investigação. Para outros, significa a transmissão da educação a outros países através das novas disposições, como sucursais ou franquias de universidades, usando uma variedade de técnicas presenciais e à distância. Para muitos, significa a inclusão de uma dimensão internacional, intercultural e/ou global dentro do currículo e o processo de ensino-aprendizagem. E, outros, concebem a internacionalização como centros regionais de educação, hot spots, redes de conhecimento. Os projetos de desenvolvimento internacionais são percebidos tradicionalmente como parte da internacionalização e, mais recentemente, o aumento na ênfase no comércio da educação superior também está sendo visto como internacionalização.²⁵

Por outro lado, Chesnais chamou a atenção para as questões semânticas desses discursos: adaptação, modernização e cooperação. A conotação desses termos leva ao entendimento de que a internacionalização do ensino superior é imperativa e urgente.²⁶

²⁴ KNIGHT, J. Student Mobility and Internationalization: trends and tribulations. **Research in Comparative and International Education**, Oxford, n.7, v. 1, p. 20-33, 2012. p. 2.

²⁵ LUCE et al. 2016, p.321 apud KNIGHT, J. Internationalisation: Key concepts and Elements. In: EUROPEAN UNIVERSITY ASSOCIATION. **Internationalisation of European Higher Education**. Berlin: Raabe, 2010. p. 1.

²⁶ CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

Com base nisso, gestores se reúnem e debatem o tema, firmam convênios e outros acordos de cooperação e se comprometem com a implementação dos mais diversos programas de internacionalização. A consequência imediata de não seguir esta forte tendência para se tornar uma instituição internacional pode colocar em risco a própria imagem da IES, ou seja, uma universidade ou faculdade que não se internacionaliza chegará tarde.

No entanto, perguntas-chave raramente são feitas: de onde vêm essas diretrizes? Por que se internacionalizar? Ou melhor, o que é internacionalização? E mais, se a internacionalização é um imperativo, todas as universidades devem seguir as mesmas diretrizes? Quais são os interesses por trás do processo?

Em 1998, foi aprovada durante a conferência da UNESCO, a Declaração Mundial de Educação Superior no Século XXI que em seu artigo 11, dispõe:

b) A qualidade requer também que a educação superior seja caracterizada por sua dimensão internacional: intercâmbio de conhecimentos, criação de redes interativas, mobilidade de professores e estudantes, e projetos de pesquisa internacionais, levando-se sempre em conta os valores culturais e as situações nacionais.²⁷

A ênfase dada para a dimensão internacional da educação superior nos estimula a procurar as respostas das indagações trazidas anteriormente. Percebe-se a importância da internacionalização a nível mundial e por isso requer-se urgência no tratamento do tema pelas Instituições que ainda sequer iniciaram seu processo.

Vale destacar, inclusive, que a jurisprudência vem reafirmando e reforçando o cumprimento das normativas contidas nos pactos internacionais que tratam de questões atinentes ao ensino superior, mais especificamente em relação à internacionalização.

Em recente julgado, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, proferiu decisão sobre a revalidação de diplomas de instituições acreditadas no Sistema Arcu-Sul, sistema este instituído pelo “Acordo sobre a Criação e a Implementação de um Sistema de Credenciamento de Cursos de Graduação para o Reconhecimento Regional da Qualidade Acadêmica dos Respetivos Diplomas no Mercosul e Estados

²⁷ NEPP-DH. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação**. 1998. Disponível em: <http://www.nepp-dh.ufrj.br/onu12-2.html>. Acesso em: 26 jun. 2022.

Associados firmado em San Miguel de Tucumán, em 30 de junho de 2008”. O acordo foi internalizado no nosso ordenamento jurídico pelo Decreto n. 10.287 de 20 de março de 2020. No referido julgado, decidiu-se sobre a exigência exagerada de documentações além do diploma expedido por instituição estrangeira do país que integra o Mercosul (Arcu-Sul), observe trecho da decisão:

[...] Também a interpretação sistemática do comando normativo (extraíndo o seu conteúdo a partir da interpretação do sistema de normas a respeito do tema) leva à mesma conclusão anteriormente exposta. Foi firmado um tratado internacional e um conjunto de normas foi criado para promover a internacionalização do ensino superior, criando-se um sistema de avaliação das universidades da região abrangida pelo Mercosul (Arcu-Sul), de modo a que o diploma de um país valesse no outro. Por isso não tem sentido, para os diplomas de instituições já avaliadas, exigir mais que apenas o diploma na forma do art. 7º, inciso I, da Res. CNE/CES n. 3/2016, sob pena de se negar validade e aplicação a essa teia de normas de validação de cursos do âmbito do Mercosul.²⁸

Outrossim, é prudente destacar o posicionamento de Azevedo sobre o tema, que alerta sobre o processo de mercadorização da educação superior. Em seu trabalho “Transnacionalização e Mercadorização da Educação Superior: Examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil – a expansão privado-mercantil”, concluiu-se o seguinte sobre o Brasil:

[...] percebe-se que o Brasil é partícipe, de maneira subordinada, do processo de mercadorização da educação superior, com preponderante atuação de grupos transnacionais. Porém, com a ressalva de que, no entanto, há também empresas com sedes no Brasil, organizadas como sociedades anônimas, cujas ações (papéis representativos de valores) são negociadas em bolsa, significando dizer que, na forma da lei, tantos indivíduos como fundos de participação (*private equity*), associações e fundos previdenciários, nacionais ou estrangeiros, podem estar partilhando por ações a propriedade de uma empresa mercantil fornecedora de ensino, o que, potencialmente, caracteriza (quando há participação acionária estrangeira nas referidas empresas) como uma modalidade de transnacionalização da educação.²⁹

²⁸ BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. **Mandado de Segurança Cível nº 1004568-09.2021.4.01.3600**. Revalidação de diploma (50003). Órgão julgador 8ª Vara Federal Cível da SJMT [...] Impetrante: Ricardo Lazzaretti. Impetrados: Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e outros. 25 de junho de 2021. Disponível em: <https://trf-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1237358885/mandado-de-seguranca-civel-10045680920214013600-secao-judiciaria-de-mato-grosso-trf01/inteiro-teor-1237358886>. Acesso em: 27 jun. 2022.

²⁹ AZEVEDO, M. L. N. de. Transnacionalização e mercadorização da educação superior: examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil – A expansão privado-

Dessa maneira, nota-se o tamanho da abrangência do tema, que vai desde questões judiciais sobre transferência de acadêmicos de Universidades estrangeiras até a própria mercadorização e transnacionalização do ensino superior, sob o olhar capitalista.

Entretanto, para buscar respostas às questões anteriores, fizemos uma incisão em nosso objeto de estudo. Nessa lógica, nos concentraremos nas questões voltadas ao processo de internacionalização das universidades públicas brasileiras. Essa redução partiu do pressuposto de que essas universidades possuem particularidades no que se refere ao referido processo de internacionalização e podem servir de base para a estruturação do processo como um todo. Para poder situar a universidade pública brasileira neste contexto, foi necessário identificar a base material da internacionalização antes de abordar o tema propriamente dito.

3.2. GLOBALIZAÇÃO E INTERNACIONALIZAÇÃO

Sobre a mundialização do capital e o processo de globalização, Rosa afirma:

A mundialização do capital e o processo de globalização acarretaram em transformações de ordem política, social e econômica, de forma que o modo de produção impulsiona um modelo de sociedade altamente competitiva. Nesse cenário, as transformações no mercado levam os Estados a se reconfigurarem.³⁰

Ao analisar a conexão entre globalização e internacionalização da educação superior, Morosini afirma que a produção científica do setor de educação superior apresenta tendências para relacionar globalização e educação. Uma das questões levantadas por esse achado é que a internacionalização do ensino superior é um fator de consolidação da globalização. O processo de internacionalização do ensino

mercantil. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 86-102, ago. 2015. p. 98-99.

³⁰ ROSA, C. D. M. Marcos Legais e a Educação Superior no Século XXI: subtítulo do artigo. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 3, p. 236-250, dez./2005. Disponível em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/download/1029/369>. Acesso em: 24 dez. 2021. p. 237.

superior não pode, portanto, ser tratado sem ter em conta as mudanças econômicas, políticas e sociais, nomeadamente nos últimos séculos e em particular no século XX.³¹

Almendra afirma que o termo globalização foi difundido pela primeira vez na década de 1960 com as teorias de Marshall McLuhan sobre a aldeia global com base na inexistência de uma ideologia dominante e uma suposta neutralidade dos meios de comunicação, inicialmente no campo da cultura e da comunicação, o processo de industrialização cultural iniciado no início do século XX foi completamente ignorado. Só mais tarde o termo encontrou seu caminho na análise econômica e social. Na década de 1980, o termo se espalhou pelos campos da administração e negócios, se espalhou pelas obras e artigos de consultores de estratégia e marketing competentes como a japonesa K. Ohmae e a americana ME Porter, e ganhou força no início da década de 1990 no FMI e Banco Mundial.³²

Uma das questões sobre o uso do termo globalização vem de François Chesnais, que se opôs a esse termo, acabando com a ideia de que com a globalização deveriam existir em instituições políticas mundiais para controlar seu movimento - esta ideia não é vista como benéfica pelas classes dominantes. Essa preocupação surge porque ele entende que a busca pelo mercado mundial e a constante modernização dos meios de produção são características da lógica do capital e do interesse burguês.³³

O professor francês aponta os termos vagos e ambíguos usados para descrever o fenômeno da globalização. Um desses termos é o verbo adaptar, que se apresenta como uma frase de efeito com um acréscimo indefinido: Adaptar a quê? As estratégias privadas das empresas multinacionais? Para as demandas irracionais dos mercados financeiros? Para Chesnais, a globalização é uma expressão das forças de mercado e as novas tecnologias atuam como um fator de reforço a esse fenômeno.³⁴

Como consequência da eficiência dessas forças de mercado, Chesnais cita o exemplo da crise do México, que em meados da década de 1990 causou alto desemprego, inflação e desvalorização da renda ao se adaptar às regras do jogo nos mercados financeiros - e a solução dos especialistas em Washington era que os

³¹ MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educar em Revista**, Curitiba, n.28, p.1-9, jul./dez. 2006. p. 109.

³² ALMENDRA, C. C. Globalização e imperialismo. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). **Revista Estudos**. n.1. jun. p.133-165. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998. p. 133.

³³ CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

³⁴ CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

mexicanos deveriam se submeter ainda mais à estrita tutela do FMI. O professor diz: O movimento de globalização é exclusivo. (...) há um movimento contínuo de marginalização dos países em desenvolvimento.³⁵

Ainda, segundo o autor, a globalização seria o resultado de dois movimentos comuns intimamente relacionados, mas diferentes. O primeiro pode ser descrito como o mais longo período de acumulação ininterrupta de capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, privatização, desregulamentação e desmantelamento das conquistas sociais e democráticas que existiam desde o início dos anos 80, sob o ímpeto das administrações Thatcher e Reagan.³⁶

Quanto à internacionalização universitária, no que diz respeito ao seu conceito, Morosini afirma que muitos documentos tratam de conceitos teóricos de internacionalização, desde aqueles que enfocam a universidade e as relações de conhecimento e aqueles que enfocam questões como globalização, internacionalização, transnacionalização, etc.³⁷

O conceito de internacionalização é tratado por Bartell como uma troca internacional relacionada à educação, embora possa ter um significado mais amplo. A globalização, por sua vez, é definida como um estágio avançado em que o desenvolvimento das organizações as leva além de suas origens domésticas para um processo de internacionalização. Nesse caso, a internacionalização do ensino superior se daria pela presença de estrangeiros e estudantes de intercâmbio em um determinado campus, pelo número e amplitude de bolsas de pesquisas internacionais, projetos de pesquisa de cooperação internacional, grau de integração internacional no currículo, entre outros fatores:

A realidade, então, é que a internacionalização traz uma variedade de entendimentos, interpretações e aplicações, desde uma visão minimalista, instrumental e estática, como garantir financiamento externo para programas de estudo no exterior, por meio de intercâmbio internacional de estudantes, realização de pesquisas internacionalmente, até uma visão da internacionalização como um processo complexo, abrangente e orientado por políticas, integral e permeando a vida, a cultura, o currículo e a instrução, bem como as

³⁵ CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 33.

³⁶ CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996. p. 34.

³⁷ MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educar em Revista**, Curitiba, n.28, p.1-9, jul./dez. 2006.

atividades de pesquisa da universidade e seus membros. (tradução nossa).³⁸

Para Marginson e Rhoades, o termo globalização é confundido com internacionalização do ensino superior. Segundo os autores, as influências internacionais no ensino superior existem desde o seu início. O afluxo de estudantes e professores através das fronteiras nacionais tem ocorrido na Europa continental e no mundo árabe desde que as primeiras universidades foram estabelecidas. Da mesma forma, a influência transnacional de certas instituições e modelos de ensino superior dominantes seriam a chave para a compreensão dos sistemas nacionais de ensino superior. Nessa perspectiva, a Igreja Católica seria um exemplo de influência global no ensino superior, assim como as influências britânica e francesa nas colônias e o modelo napoleônico nos países hispano-americanos. A partir disso, os autores concluem que a globalização, que eles tratam como sinônimo de internacionalização, não é um fenômeno novo.³⁹

Já o pesquisador e professor americano Philip G. Altbach, criou um extenso material no qual analisa o uso do ensino superior como mercadoria. Ele identifica as corporações multinacionais, corporações de mídia e até mesmo grandes universidades como os novos governantes coloniais que buscam a dominação mundial por interesses comerciais ao invés de razões políticas e ideológicas. Assim, o processo de internacionalização serviria ao lucro e à reação às necessidades do mercado.⁴⁰

Por outro lado, Morosini observa que a internacionalização da educação superior é um conceito complexo e vários artigos têm sido publicados sobre o assunto, com a diferença, no entanto, de que o processo já se torna evidente na educação superior, ou seja, o que começa os efeitos da globalização para discutir a universidade diretamente.⁴¹

³⁸ BARTELL, M. **Internationalization of universities**: A university culture-based framework. Higher Education. Manitoba, Winnipeg, 2003. p. 46.

³⁹ MARGINSON, S.; RHOADES, G. **Beyond national states, markets, and systems of higher education**: A glonacal agency heuristic. Netherlands: Higher Education Kluwer Academic Publishers, 2002. v.43. p. 288.

⁴⁰ ALTBACH, P. G.; REISBERG L.; RUMBLEY L.E. **Trends in Global Higher Education**: tracking an academic revolution. UNESCO. 2009.

⁴¹ MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educar em Revista**, Curitiba, n.28, p.1-9, jul./dez. 2006. p. 118.

Altbach e Knight, prelecionam que a globalização está relacionada com as tendências econômicas e acadêmicas deste século, por isso, no contexto do ensino superior, a internacionalização representa o conjunto de políticas e ações desenvolvidas pelos sistemas acadêmicos, pelas Instituições de Ensino e pelos demais indivíduos interessados para corresponder ao ambiente acadêmico global.⁴²

Sobre a correlação entre globalização e internacionalização, Amorim e Finardi alertam:

Essa falta de coerência e sintonia entre as ações, resultados, motivações e processos de internacionalização em todos os níveis da educação pode afetar negativamente o processo de internacionalização ressaltando efeitos nocivos da globalização como a comodificação da educação.⁴³

Os autores, por fim, concluíram que para combater possíveis dissonâncias na internacionalização das Universidades, o desenvolvimento das línguas estrangeiras em geral e principalmente do inglês são essenciais. Essas limitações básicas necessitam de uma melhor preparação a fim de evitar dificuldades futuras nos programas de internacionalização.⁴⁴

Para tanto, no capítulo seguinte, faz-se necessária a análise de um exemplo de sucesso prático de Universidade que realiza com maestria sua própria internacionalização. Assim, perceber-se-á como os conceitos de globalização, em conjunto com o conceito de internacionalização, são colocados em prática.

3.3 PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Para uma melhor análise do processo de internacionalização da Universidade Federal de Juiz de Fora, é necessário primeiro fazer algumas observações sobre a instituição, sua área de relações internacionais e os principais programas, para

⁴² ALTBACH, P.; KNIGHT, J. The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities. **Journal of Studies in International Education**, Los Angeles, n. 3/4, p. 290-305, 2007.

⁴³ AMORIM, G. B.; FINARDI, K. R. Internacionalização do ensino superior e línguas estrangeiras: evidências de um estudo de caso nos níveis micro, meso e macro. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), [S.L.], v. 22, n. 3, p. 614-632, dez. 2017. p. 616.

⁴⁴ AMORIM, G. B.; FINARDI, K. R. Internacionalização do ensino superior e línguas estrangeiras: evidências de um estudo de caso nos níveis micro, meso e macro. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), [S.L.], v. 22, n. 3, p. 614-632, dez. 2017. p. 630.

posteriormente relacionar esse processo aos contextos da política de internacionalização do ensino superior.⁴⁵

A Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), fundada em 23 de dezembro de 1960 por ato do então presidente Juscelino Kubitschek, através da Lei nº 3.858⁴⁶ nessa mesma data, teve sua cidade universitária construída em 1969, que se conserva até os dias de hoje. A UFJF foi a segunda universidade federal do interior do país depois de Santa Maria (RS) e surgiu da fusão de universidades reconhecidas e federalizadas em Juiz de Fora.⁴⁷

Os primeiros cursos foram direito, medicina, farmácia e odontologia, engenharia e economia. Em seguida, geografia, letras, filosofia, biologia, ciências sociais e história foram ligadas. O curso de Jornalismo foi criado e passou a ser um dos departamentos da Faculdade de Direito.⁴⁸

Com a reforma universitária na década de 1970, a UFJF passou a contar com três institutos básicos: Instituto de Ciências Exatas (ICE), Instituto de Ciências Biológicas (ICB) e Instituto de Ciências Humanas e Letras (ICHL). Em 1999 foi criada uma nova unidade: o Centro de Ciências da Saúde, onde começaram a funcionar os cursos de enfermagem, fisioterapia e medicina. Em 2006 foram criados o Instituto de Artes e Design (IAD) e a Faculdade de Letras (FALE).⁴⁹

Hoje, a UFJF é um centro científico e cultural em uma região com 2,5 milhões de habitantes no sudeste de Minas Gerais. Seu campus possui uma área total de 1.346.793,80 metros quadrados. A cidade de Governador Valadares, no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, oferece vagas em nove cursos: medicina, odontologia, farmácia, fisioterapia, nutrição, direito, economia, administração e contabilidade. O ensino a distância oferece oito cursos de graduação e cinco de pós-graduação,

⁴⁵ UFJF. **Universidade Federal de Juiz de Fora**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

⁴⁶ BRASIL. **Lei n. 3.858, de 23 de dezembro de 1960**. Cria a Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1960. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3858.htm. Acesso em: 27 jun. 2022.

⁴⁷ UFJF. **Universidade Federal de Juiz de Fora**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

⁴⁸ UFJF. **Universidade Federal de Juiz de Fora**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

⁴⁹ UFJF. **Universidade Federal de Juiz de Fora**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

abrangendo 30 centros nos estados de Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo.⁵⁰

Ao todo, são mais de 23 mil alunos matriculados, dos quais cerca de 15 mil estão cursando graduação. O número de vagas aumentou com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).⁵¹

Em março de 2016, a UFJF contava com 1.676 docentes, sendo 1.472 efetivos e 153 permanentes. No total, 1.085 possuem doutorado e 386, mestrado. O corpo docente, que em 2004 contava com 14 professores estrangeiros, passou a contar com 37 professores de 16 países diferentes em 2014. A maior parte do corpo docente é de origem argentina (7), portuguesa (5), russa (4) e chilena (4), com a maioria no Instituto de Ciências Exatas com 14 representantes e na Faculdade de Engenharia com seis professores.⁵²

Embora os acordos de cooperação firmados possam advir das relações entre docentes e grupos de pesquisa com outras instituições estrangeiras, a UFJF decidiu criar uma área de relações internacionais para realizar esses e outros processos relevantes para a internacionalização da instituição.

Para se ter ideia da importância da Universidade para a região, Tourinho *et al.* informam:

A instituição é fortemente reconhecida como agente estimulador do desenvolvimento da cidade nos mais diversos setores. Juiz de Fora é conhecida como uma cidade universitária, devido ao impacto da UFJF na cidade ao longo dos anos. Com uma significativa oferta de cursos e vagas, a Instituição é responsável por transformar a economia e a dinâmica da cidade, trazendo alunos de diversas regiões do Brasil e do exterior. Além disso, a UFJF oferece diversos serviços para a comunidade da região, constituindo um polo de serviços educacionais e de saúde, além de estimular o desenvolvimento sociocultural da Zona da Mata mineira.⁵³

⁵⁰ UFJF. **Universidade Federal de Juiz de Fora**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

⁵¹ UFJF. **Universidade Federal de Juiz de Fora**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

⁵² UFJF. **Universidade Federal de Juiz de Fora**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

⁵³ TOURINHO, A. C. *et al.* O processo de consolidação e expansão do Campus da Universidade Federal de Juiz de Fora: reflexões sobre o REUNI e seus impactos nas transformações da paisagem do campus e seu entorno imediato. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v.13, p. 1-17. 2021. p. 3.

Logo, percebe-se que o desenvolvimento da Instituição está ligado diretamente com a evolução da sociedade a qual está inserida.

3.3.1 Relações Internacionais na UFJF

Para atender às exigências de internacionalização na primeira década do século XXI, a Coordenação de Relações Internacionais (CRI) foi criada, em novembro de 2006, e filiada à Pró-Reitoria de Estudos (PROACAD). Com o objetivo principal de desenvolver e implementar diretrizes de internacionalização, a CRI substituiu e ampliou a estrutura de Gestão de Relações Internacionais (GRI) que a instituição mantinha anteriormente.

Por conseguinte, no início de 2008, foi instalada a Assessoria de Relações Internacionais vinculada à Reitoria da Instituição - a reestruturação do espaço físico e o fortalecimento das diversas atividades do setor contaram com recursos de dois projetos aprovados e financiados por agências de fomento (MEC e FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais) nos anos 2007 e 2012.⁵⁴

Com o crescimento acentuado do processo de internacionalização, o CRI assumiu a função de consultor em junho de 2011 sob a denominação de Secretaria de Relações Internacionais, que está diretamente ligada à reitoria. Em 2014, o setor passou a se chamar Diretoria de Relações Internacionais (DRI) com o status de Pró-Reitoria.⁵⁵

As funções da DRI foram oficialmente atribuídas pelo Decreto n.º 1.244, de 25 de setembro de 2014, com a tarefa de desenvolver o plano estratégico e o plano de ação para consolidar o processo de internacionalização da UFJF e gerir os programas de mobilidade estudantil na UFJF internacional na área de solo - e superior, no sentido da UFJF-Exterior e Exterior-UFJF.⁵⁶

Além disso, o DRI é responsável por assessorar os programas de mobilidade estudantil internacional da UFJF em nível de pós-graduação, bem como pela

⁵⁴ UFJF. **Universidade Federal de Juiz de Fora**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

⁵⁵ UFJF. **Universidade Federal de Juiz de Fora**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

⁵⁶ UFJF. **Universidade Federal de Juiz de Fora**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

admissão e cadastramento de estudantes e acadêmicos estrangeiros, bem como pela divulgação de ofertas internacionais. Tem também por missão gerir a implementação de programas governamentais de mobilidade estudantil e certificação de línguas para efeitos de mobilidade académica, promover a cooperação e a formação de recursos humanos entre instituições nacionais e internacionais e celebrar, manter e monitorizar os acordos que a concretizam. Possíveis parcerias com instituições estrangeiras com o objetivo de cooperação académica, científica e cultural.⁵⁷

De acordo com o relatório de gestão da Direção de Relações Internacionais para os anos de 2006 a 2014, a atividade do Conselho de Administração assentou no registo, implementação, consolidação e acompanhamento de acordos, programas e projetos de parcerias bilaterais e multilaterais com o objetivo de facilitar a mobilidade de docentes - pesquisadores, gestores e alunos de graduação e pós-graduação, e a incorporação das atividades da UFJF no contexto mundial.⁵⁸

Além de promover a mobilidade académica e estreitar o relacionamento com instituições estrangeiras, a DRI, em conjunto com professores e grupos de pesquisa da UFJF, buscou apoiar programas especiais internacionais, especialmente em conjunto com a coordenação para o aperfeiçoamento do corpo docente universitário (CAPES), o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e as demais agências internacionais. Programas como CAPES/FIPSE, CAPES/BRAFITEC, CAPES/PLI (Programa de Graduação Internacional) e Escola de Estudos Avançados, vêm sendo desenvolvidos ao longo do tempo na Instituição. Além disso, várias atividades foram implementadas a partir do ano de 2007, como uma opção em relação aos estudos regulares já oferecidos na IES.

De acordo com o Plano Institucional de Internacionalização, a DRI é responsável por:

- I. Gerir e expandir os programas de mobilidade discente internacional da UFJF nos níveis de graduação e ensino médio, nos sentidos UFJF – Exterior e Exterior – UFJF;
- II. Assessorar os programas de mobilidade discente internacional da UFJF no nível de pós-graduação, nos sentidos UFJF – Exterior e Exterior – UFJF, bem como atuar na recepção e registo de estudantes e pesquisadores estrangeiros e divulgação de oportunidades de formação no exterior;

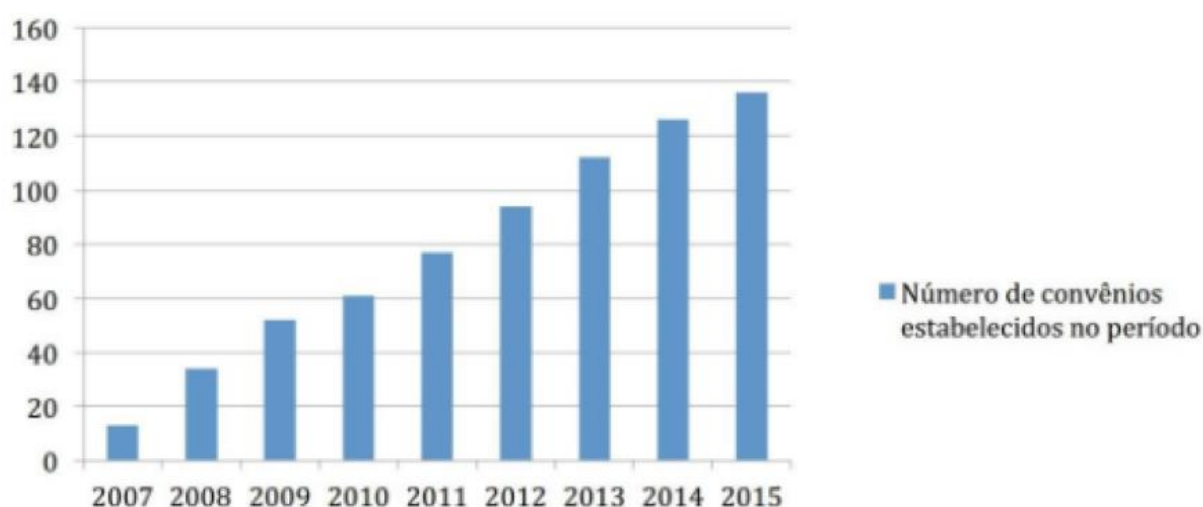
⁵⁷ UFJF. **Universidade Federal de Juiz de Fora**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

⁵⁸ UFJF. **Universidade Federal de Juiz de Fora**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

- III. Gerir a execução dos programas governamentais de mobilidade discente e de certificação em idiomas para fins de mobilidade acadêmica;
- IV. Promover a cooperação e a formação de recursos humanos entre Instituições nacionais e internacionais numa perspectiva multilateral e integrada globalmente;
- V. Estabelecer, manter e acompanhar convênios que viabilizem parcerias com instituições estrangeiras, objetivando a cooperação acadêmica, científica e cultural;
- VI. Criar e apoiar programas voltados para a cooperação internacional e mobilidade internacional docente e de TAEs na UFJF;
- VII. Representar a UFJF internacionalmente, atuando na recepção de delegações estrangeiras e na realização de missões em instituições estrangeiras de ensino e pesquisa;
- VIII. Estabelecer e acompanhar parcerias para inclusão da UFJF em Programas e Redes de ensino e pesquisa internacionais;
- IX. Articular a elaboração e estabelecimento de uma política linguística para a instituição;
- X. Estimular e viabilizar a formação de redes de pesquisas internacionais com vistas a aprimorar a qualidade da produção acadêmica vinculadas à pós-graduação.⁵⁹

Ademais, dentre as ações da DRI, a consolidação e fiscalização dos acordos internacionais é fundamental. Até 2015, o setor tinha um total de 137 acordos bilaterais. Vejamos:

Figura 1: Evolução do número de acordos de cooperação bilaterais da UFJF.



Fonte: Universidade Federal de Juiz de Fora - Relatório de Gestão DRI UFJF⁶⁰.

⁵⁹ UFJF. **Plano Institucional de Internacionalização**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/internationaloffice/files/2018/02/Plano-Inst-UFJF-Homologado.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.

⁶⁰ UFJF. **Diretoria de Relações Internacionais**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/internationaloffice/relatorios-de-gestao/>. Acesso em: 24 jun. 2022. p. 10.

A maioria das parcerias internacionais por meio de acordos de cooperação são estabelecidos com instituições de ensino nos Estados Unidos da América (EUA), país com o qual a UFJF mantém 29 parcerias. Logo em seguida, seguem as instituições portuguesas, com as quais já foram assinados 22 acordos de cooperação. O terceiro maior grupo de parcerias é feito com instituições francesas com as quais a UFJF já firmou 19 acordos de cooperação.⁶¹

Tabela 1: Número total de acordos internacionais da UFJF por países em dezembro de 2015.

PAÍS	Nº DE ACORDOS	PAÍS	Nº DE ACORDOS
Alemanha	7	França	19
Angola	1	Inglaterra	1
Argentina	6	Israel	1
Austrália	3	Itália	8
Canadá	5	Japão	1
Colômbia	2	México	4
Coréia do Sul	1	Polônia	2
Costa Rica	4	Peru	2
Dinamarca	3	Portugal	22
Equador	1	Rússia	1
Espanha	9	Suécia	1
Estados Unidos	29		

Fonte: Universidade Federal de Juiz de Fora - Relatório de Gestão DRI UFJF⁶².

Embora haja um grande número de convênios, nota-se que ainda é relativamente pequeno o número de alunos estrangeiros que fazem intercâmbio de

⁶¹ UFJF. **Diretoria de Relações Internacionais**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/internationaloffice/relatorios-de-gestao/>. Acesso em: 24 jun. 2022. p. 10.

⁶² UFJF. **Diretoria de Relações Internacionais**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/internationaloffice/relatorios-de-gestao/>. Acesso em: 24 jun. 2022. p. 10.

um ou dois semestres nos programas de bacharelado da UFJF. De acordo com o Relatório da Administração DRI/UFJF 2015, a instituição aceitou 33 alunos estrangeiros em 2013, 27 em 2014 e 20 em 2015.⁶³

Figueirôa, aduz que uma das razões do desenvolvimento e da necessidade de um plano estratégico de internacionalização para a UFJF, se deu justamente pelo crescimento de suas ações dentro da Instituição. Crescimento este que se correlaciona com o escritório de relações internacionais da Instituição.⁶⁴

3.3.2 Principais programas gerenciados pela Diretoria de Relações Internacionais da UFJF

A DRI (Diretoria de Relações Internacionais) da UFJF, juntamente com outras agências governamentais e agências de fomento, mantém diversos programas de internacionalização, além de seu próprio programa de intercâmbio responsável pela mobilidade internacional de seus estudantes.

3.3.2.1 Programas Estudante-convênio

Dentre os programas administrados, o mais antigo e anterior à existência do atual departamento de relações internacionais da UFJF, é o Programa de Graduação (PEC-G),⁶⁵ que hoje também possui uma versão que também atende a pós-graduação, o Programa Aluno-Pós-Graduação Contrato (PEC-PG). Ambos os programas permitem que estudantes de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordo de cooperação cultural ou educacional ou de ciência e tecnologia, frequentem gratuitamente cursos de graduação ou pós-graduação em universidades brasileiras. O programa é administrado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE) por meio do Departamento de Cooperação Educacional do

⁶³ UFJF. **Diretoria de Relações Internacionais**. Disponível em:

<https://www2.ufjf.br/internationaloffice/relatorios-de-gestao/>. Acesso em: 24 jun. 2022. p. 10.

⁶⁴ FIGUEIRÔA, C. C. **Internacionalização do Ensino Superior: um contributo para o estudo das estratégias da UBI e da UFJF**. Orientadores: João Manuel Messias Canavilhas. Luis Guilherme dos Santos Marques Pedro. 2021. 104 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Mestrado em Relações Internacionais, 2º Ciclo em Relações Internacionais, Universidade Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2021. p. 41.

⁶⁵ BRASIL. **PEC-G**. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g>. Acesso em: 21 jun. 2022.

Departamento de Cooperação Técnico-Científica e Tecnológica (DCE / DCT / MRE) e pelo Ministério da Educação (MEC) por meio do Departamento Internacional Assuntos do Instituto de Ensino Superior (DAI / SESu / MEC).⁶⁶

Em relação ao PEC-G, lançado em 1964, a oferta de vagas para estudar nas universidades brasileiras visava acompanhar o aumento do número de alunos estrangeiros no Brasil naquela década. Foi reconhecida a necessidade de padronizar os termos dos intercâmbios de alunos e de garantir que os alunos sejam tratados de forma semelhante pelas universidades. O primeiro protocolo PEC-G foi lançado em 1965. Atualmente, o programa está sujeito ao Decreto Presidencial nº 7.948,⁶⁷ publicado em 2013, que confere à sua regulamentação maior força jurídica.⁶⁸

Atualmente, 59 países participam do programa, sendo 25 da África, 25 da América e 9 da Ásia. Os programas com mais vagas são idiomas, comunicação social, administração, biologia e educação. Desde a década de 2000, mais de 8.000 foram selecionados para o programa. A África é o continente de origem da maioria dos alunos, com 76% dos alunos selecionados sendo selecionados - com destaque para Cabo Verde, Guiné-Bissau e Angola.⁶⁹

⁶⁶ UFJF. **Diretoria de Relações Internacionais**. Disponível em:

<https://www2.ufjf.br/internationaloffice/relatorios-de-gestao/>. Acesso em: 24 jun. 2022.

⁶⁷ BRASIL. **Decreto n. 7.948, de 12 de março de 2013**. Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7948.htm. Acesso em: 15 fev. 2022.

⁶⁸ UFJF. **Diretoria de Relações Internacionais**. Disponível em:

<https://www2.ufjf.br/internationaloffice/relatorios-de-gestao/>. Acesso em: 24 jun. 2022.

⁶⁹ UFJF. **Diretoria de Relações Internacionais**. Disponível em:

<https://www2.ufjf.br/internationaloffice/relatorios-de-gestao/>. Acesso em: 24 jun. 2022.

Figura 2: Seleccionados para o PEC-G: África – 2000 a 2017.

PAÍS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
África do Sul																		1	1
Angola	3	21	29	23	33	11	31	28	91	68	48	83	63	53	59	77	7	11	739
Argélia																2			2
Benin									11	5	7	19	39	37	73	48	40	71	350
Cabo Verde	117	65	227	263	192	230	314	265	381	206	133	74	155	88	104	119	64	62	3059
Camarões			1					2	1		3	6	3	9	7	3	5	7	47
C. do Marfim				1	1			3	1				1	4	9	4	5	5	34
Gabão		11		2	1	1	3	4							3	4	3	2	34
Gana	2	3	7	9	11	6	3	3	6		1	1		7	26	23	36	65	209
Guiné-Bissau	36	88	111	97	58	186	159	19	133	181	95	55	118				7	15	1358
Marrocos																		1	1
Mali							2												2
Moçambique	12	13	27	21	26	27	13	9	4	4	9	7	8	13	13	9	1	3	219
Namíbia	1	1														6	65		73
Nigéria	9	6	7	11	14	27	19	22	32			12	1	2	6	2		2	172
Quênia		4	14	14	11	12	5		6	3	3	3		2		4	3	4	88
R. D. Congo								9	106	46	78	92	28	19	12	25	29	46	490
Rep. Congo													4	6	4	2	4	6	26
S. Tomé e P.			24		47	147	35	13	12	4	6	19	12	3	19	17	9	12	379
Senegal	7	2	4	1	1	3	5	1				1	1	4	1	6	3	10	50
Togo												4	11	8	3	6	6	2	40
TOTAL	187	214	451	442	395	650	589	378	784	517	383	376	444	255	339	357	287	325	7373

Fonte: Portal do MRE⁷⁰.

A América Latina tem a maior participação de estudantes do Paraguai, Peru, Equador e Honduras de acordo com os dados disponíveis na Figura 3.

⁷⁰ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Portal MRE. 2021.

Figura 3: Seleccionados para o PEC-G: América Latina – 2000 a 2017.

PAÍS	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
Argentina	1		1	1		6	2				1	1						1	14
Barbados				1				5	2	2	5	3	1	4	5	5	2	2	37
Bolívia	12	9	10	4	1	6	11	5	4	13	11	4	1	7	9	10	5	7	129
Chile	4	4	3	1	1		2	3	2	3	2	2	2	3	2	3	5	3	45
Colômbia	6	11		3	5	3	4	3	2	2	2	2	6	8	12	15	14	17	115
Costa Rica		2	2	3	1	3	3	1	4		3	2	1	1	1	2	3		32
Cuba					1	3	3	2	4	5	8	7	11	3	11	10	8	8	84
El Salvador	1		1	2		1	1	2			1		3	3	1	4	2	1	23
Equador	3	12	3	6	6	9	19	19	19	32	7	11	17	11	11	9	10	6	210
Guatemala	1		4		3	3	2	1	1		4	4	4	4		4	10	4	49
Haiti							2	15	12	8	11	3	3	10	7	7	11	9	98
Honduras	1	4	9	7	3	5	7	9	4	3			3	21	35	30	27	33	201
Jamaica			5	4	3	7	5	3	4	5	10	6	8	10	8	9	15	11	113
México				1						1			2	3	1			1	9
Nicarágua		2						1			3		1		1				8
Panamá	14	12					1	2	2	3	8	1	5	1	3	1	3	2	58
Paraguai	70	86	85	43	20	68	48	42	42	32	28	26	22	24	18	24	29	23	730
Peru	18	23	11	2	5	12	13	11	14	11	11	7	7	16	16	22	18	19	236
Rep. Dominicana					1	1	1			1			1	1	1	2	4	5	18
Suriname		1															1		2
Trinidad & Tobago	2	5	2	4			2	1	1	2		2	1	2	1	3	1	2	31
Uruguai	1	1	2		1	1	1			1					1			1	10
Venezuela	1		2		1	2			1	1		3			3	2	3		19
TOTAL	135	172	140	82	52	130	127	125	118	125	115	84	99	132	147	162	171	155	2271

Fonte: Portal MRE⁷¹.

Na Ásia, o Timor Leste responde pelo maior número de candidatos.

Figura 4: Seleccionados para o PEC-G: Ásia – 2000 a 2017.

PAÍS	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL
China										1			1
Paquistão								2	2	2	1		7
Tailândia								1	1				2
Timor Leste	1					1		34	1	1	6	11	55
TOTAL	1					1		37	4	4	7	11	65

Fonte: Portal MRE⁷².⁷¹ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Portal MRE. 2021.⁷² BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Portal MRE. 2021.

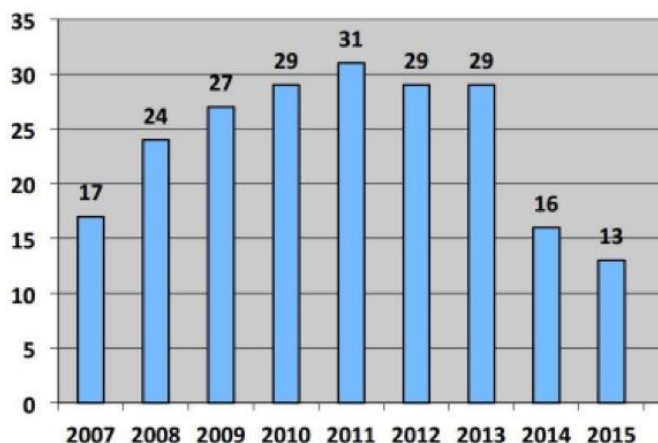
De acordo com o Acordo do Manual do Aluno do DCE do MRE (BRASIL, 2013, p. 5), cerca de 400 alunos participam do programa a cada ano, sendo 200 formados.⁷³

A UFJF participa do PEC-G desde a década de 1960 e, segundo levantamento recente, já aceitou mais de 300 alunos de diversos países. Para a aceitação de alunos estrangeiros por meio deste programa, a DRI realiza levantamento anual de vagas com os coordenadores do curso e as disponibiliza para eventual inscrição, mediante notificação ao Ministério das Relações Exteriores. Atualmente, há um número máximo e mínimo de vagas de emprego para os acordos estudantis, que são documentados pelo artigo 14 do Regulamento da Graduação Acadêmica (RAG) da UFJF, aprovado no final de 2013 e revisado em janeiro de 2016:

Art. 14. O número de vagas adicionais às previstas nos editais dos processos seletivos para ingresso nos cursos de graduação da UFJF, oferecidas anualmente ao Ministério da Educação para atender discentes estrangeiras ou estrangeiros por convênio, é limitado ao máximo de 5% (cinco por cento) e ao mínimo 2 (duas) vagas em cada curso.⁷⁴

Assim, a UFJF tem recebido estudantes via PEC-G conforme a Figura 5. Observe:

Figura 5: Número de estudantes PEC-G na UFJF no período de 2007 a 2015.



Fonte: Relatório de Gestão DRI UFJF⁷⁵.

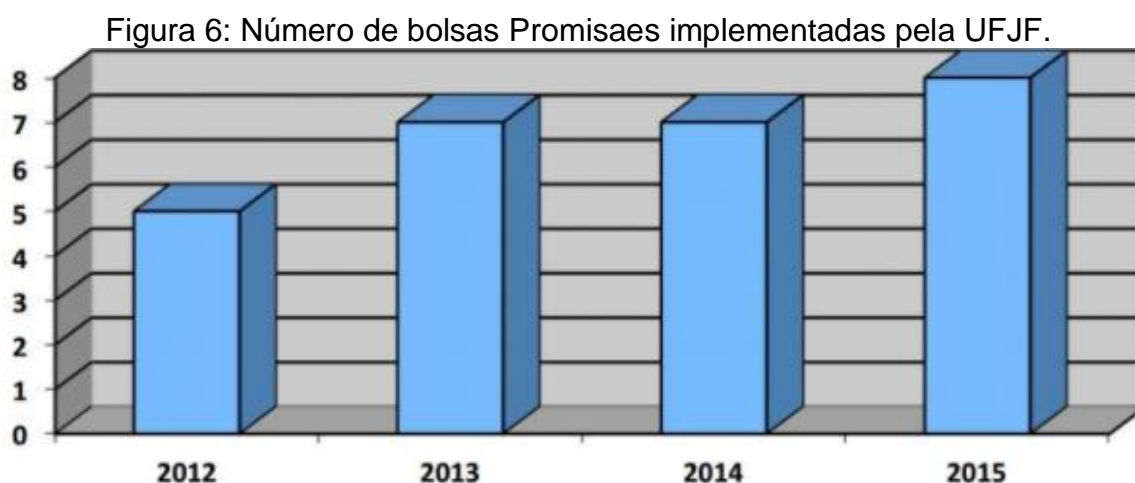
⁷³ BRASIL. **PEC-G**. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g>. Acesso em: 21 jun. 2022. p. 5.

⁷⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Conselho Setorial de Graduação. **Regulamento Acadêmico de Graduação**. Juiz de Fora, 25 jan. 2016. p. 9.

⁷⁵ UFJF. **Diretoria de Relações Internacionais**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/internationaloffice/relatorios-de-gestao/>. Acesso em: 24 jun. 2022. p. 5.

Atualmente, os alunos do PEC-G têm a oportunidade de receber algumas modalidades exclusivas de bolsas: Bolsa Promisaeas e Bolsa Mérito - custeadas pelo MEC e MRE, respectivamente.⁷⁶

A bolsa Promisaeas (Projeto Milton Santos de Acesso ao Ensino Superior) é uma bolsa que corresponde ao valor de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais), sendo destinada a ajudar e manter a anuência do aluno ao longo do curso, caso haja necessidade imediata. No ano de 2015, 08 (oito) alunos foram homenageados na UFJF.⁷⁷



Fonte: Relatório de Gestão DRI UFJF⁷⁸.

A bolsa de mérito, por sua vez, de R\$ 622,00 (seiscentos e vinte e dois reais) mensais é concedida a alunos parceiros que demonstram desempenho acadêmico notável após o primeiro ano da graduação. Além da bolsa mensal, a Bolsa de Mérito recebe passagens aéreas de ida e volta ao país após a formatura.⁷⁹

O DCE/MRE também concede bolsa emergencial de forma semelhante à bolsa Promisaeas, concedida extraordinariamente caso o aluno se encontre em situação

⁷⁶ BRASIL. **PEC-G**. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g>. Acesso em: 21 jun. 2022.

⁷⁷ UFJF. **Diretoria de Relações Internacionais**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/internationaloffice/relatorios-de-gestao/>. Acesso em: 24 jun. 2022.

⁷⁸ UFJF. **Diretoria de Relações Internacionais**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/internationaloffice/relatorios-de-gestao/>. Acesso em: 24 jun. 2022. p. 20.

⁷⁹ UFJF. **Diretoria de Relações Internacionais**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/internationaloffice/relatorios-de-gestao/>. Acesso em: 24 jun. 2022

financeira de extrema dificuldade e imprevisível. Ademais, todas as três bolsas do PEC-G são concedidas por um período de seis meses e são renováveis.⁸⁰

Em termos de disponibilidade de empregos, a IES disponibiliza anualmente uma série de vagas ao MEC para que o Departamento oriente o processo seletivo. No caso da UFJF, foi incluído um capítulo na elaboração do Regulamento do Curso de Graduação (RAG) de 2013, que trata da admissão de alunos estrangeiros por meio dos programas conveniados. Ficou estipulado que o número de vagas de estudo além das vagas previstas no processo seletivo para ingresso nos cursos de graduação da UFJF oferecidos anualmente no MEC é limitado a 5% no máximo e de no mínimo, 2 (duas) vagas em cada curso.⁸¹

3.3.2.2. Ciência sem Fronteiras

Outro programa aplicado pela Diretoria de Relações Internacionais da UFJF é o Ciência sem Fronteiras, lançado pelo Decreto 7.642,⁸² em 13 de dezembro de 2011, com o objetivo de promover a consolidação, expansão e internacionalização da ciência e tecnologia, a inovação e a competitividade brasileira por meio do intercâmbio e da mobilidade internacional - resultado do esforço conjunto dos Ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e o Ministério da Educação (MEC), por meio de suas respectivas agências de fomento - CNPq e CAPES - e as Divisões de Ensino Superior e Educação Tecnológica do MEC. O programa foi lançado pelo governo de Dilma Rousseff e previa a utilização de até 101 mil bolsas ao longo de quatro anos para promover intercâmbios para que alunos de graduação e pós-graduação pudessem fazer estágios no exterior para se manterem em contato com sistemas educacionais competitivos em termos de tecnologia e inovação. Também atraiu pesquisadores estrangeiros em busca de residência no Brasil ou parceria com pesquisadores brasileiros nas áreas prioritárias identificadas pelo programa, bem

⁸⁰ BRASIL. **PEC-G**. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g>. Acesso em: 21 jun. 2022.

⁸¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Conselho Setorial de Graduação. **Regulamento Acadêmico de Graduação**. Juiz de Fora, 25 jan. 2016.

⁸² BRASIL. **Decreto n. 7.642, de 13 de dezembro de 2011**. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm. Acesso em: 27 jun. 2022.

como a oportunidade de pesquisadores corporativos receberem treinamento especializado no exterior. O programa foi extinto em 2015.⁸³

A duração do trabalho do bolsista no exterior varia de acordo com o tipo de bolsa. As modalidades, o valor da bolsa e a duração são apresentados na Tabela 2, vejamos:

Tabela 2: Modalidades e quantitativo de bolsas.

Modalidade	Nº de bolsas
Doutorado sanduíche	15.000
Doutorado pleno	4.500
Pós-doutorado	6.440
Graduação sanduíche	64.000
Desenvolvimento Tecnológico e Inovação no Exterior	7.060
Atração de Jovens Talentos (no Brasil)	2.000
Pesquisador Visitante Especial (no Brasil)	2.000

Fonte: Adaptado Portal Ciência sem Fronteiras⁸⁴.

As medidas do programa foram implementadas de acordo com as áreas prioritárias, as quais, segundo Pereira, foram entendidas como aquelas que constituem o foco da economia global.⁸⁵


A seguir, na Figura 7, tem-se a listagem das áreas contempladas pelo programa, veja:

⁸³ BRASIL. Ministério da Educação. Portal CSF. **Painel de Controle Ciência sem Fronteiras**. 2016.

⁸⁴ BRASIL. Ministério da Educação. Portal CSF. **Painel de Controle Ciência sem Fronteiras**. 2016.

⁸⁵ PEREIRA, V. M. **Relatos de uma Política**: uma análise sobre o Programa Ciência sem Fronteiras – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2013. p. 49.

Figura 7: Áreas contempladas no CsF.

<ul style="list-style-type: none"> • Engenharias e demais áreas tecnológicas; • Ciências Exatas e da Terra: Física, Química, Geociências • Biologia, Ciências Biomédicas e da Saúde • Computação e tecnologias da informação; • Tecnologia Aeroespacial; • Fármacos; • Produção Agrícola Sustentável; • Petróleo, Gás e Carvão Mineral; • Energias Renováveis; • Tecnologia Mineral; 	<ul style="list-style-type: none"> • Tecnologia Nuclear • Biotecnologia • Nanotecnologia e Novos materiais; • Tecnologias de Prevenção e Mitigação de Desastres Naturais; • Tecnologias de transição para a economia verde • Biodiversidade e Bioprospecção; • Ciências do Mar; • Indústria criativa; • Novas Tecnologias de Engenharia Construtiva • Formação de Tecnólogos. <div style="text-align: right; margin-top: 10px;">  <p>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação</p> <p>GOVERNO FEDERAL BRASIL PAIS RICO E PAIS SEM POBREZA</p> </div>
--	---

Fonte: Adaptado do Portal Ciência sem Fronteiras⁸⁶.

Para as datas de implementação do programa Ciência sem Fronteiras, deve ser considerada a diferença entre o número de bolsas atribuídas e o número de bolsas publicadas no portal CsF. Foram concedidas bolsas de estudo já aprovadas e aceitas pela instituição estrangeira. Foram realizadas bolsas para as quais já tenha sido efetuado pelo menos um pagamento ao bolsista, embora o prazo de validade ainda não tenha iniciado. Isso significa que parte dos recursos já foi utilizada na compra de passagens antes da permanência do bolsista no exterior.⁸⁷

O programa anuncia em seu portal que em dezembro de 2015 foram implantadas 93.247 bolsas. Levando em consideração todos os tipos de bolsas (graduação, tecnólogos, desenvolvimento tecnológico, doutorado pleno, pós-doutorado e mestrado profissional), a distribuição espacial no globo pode ser registrada a partir das marcações de localização dos bolsistas no mundo, conforme demonstra-se na Figura 8 que se utiliza do aplicativo *Google Maps*, observe:

⁸⁶ BRASIL. Ministério da Educação. Portal CSF. **Painel de Controle Ciência sem Fronteiras**. 2016.

⁸⁷ BRASIL. Ministério da Educação. Portal CSF. **Painel de Controle Ciência sem Fronteiras**. 2016.

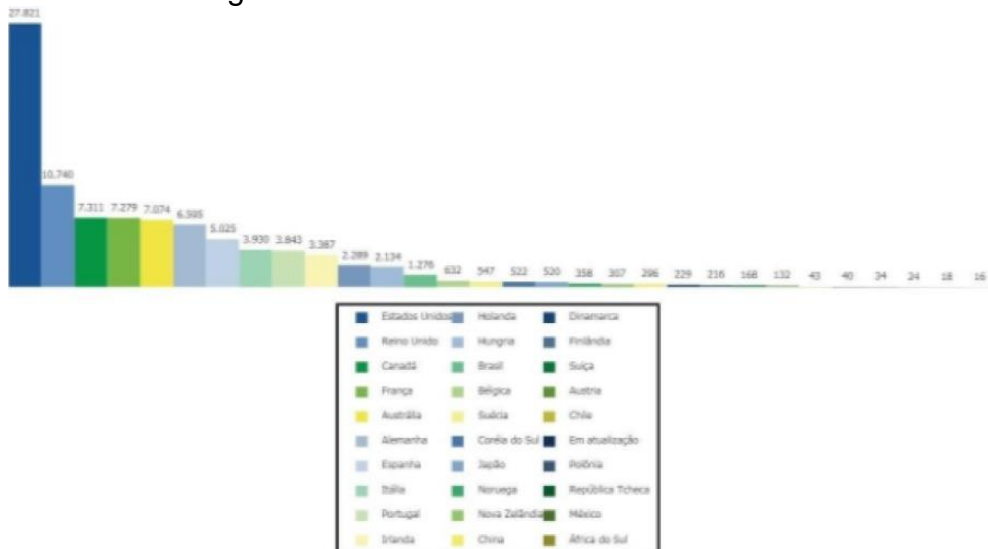
Figura 8: Bolsistas do CsF pelo mundo no *Google Maps*



Fonte: Adaptado *Google Maps*⁸⁸.

Desse modo, conforme se depreende da próxima figura, em termos quantitativos, os países de destino mais buscados pelos bolsistas do CsF foram Estados Unidos, Reino Unido, Canadá, França, Austrália, Alemanha e Espanha. Examinemos:

Figura 9: País de destino do bolsista - CsF



Fonte: adaptado do painel de controle do CsF⁸⁹.

⁸⁸ GOOGLE MAPS. **Ciência sem Fronteiras: bolsistas pelo mundo**. Dez. 2015.

⁸⁹ BRASIL. Ministério da Educação. Portal CSF. **Painel de Controle Ciência sem Fronteiras**. 2016.

No que diz respeito às competências linguísticas do país de destino, todos os anúncios do CsF continham critérios gerais, mas a instituição anfitriã forneceu informações sobre o nível linguístico e provas do nível linguístico. Em relação ao financiamento do programa, o governo brasileiro, inicialmente, fez acordos com várias empresas interessadas em financiar a formação de estudantes e trabalhadores qualificados no exterior. Entre os que firmaram contratos de financiamento estavam grandes empresas como Boeing, Grupo BG, Eletrobrás, Funttel, Hyundai, Natura, Petrobrás e Vale.⁹⁰

Após o retorno do intercâmbio, o bolsista poderá, dependendo do número de vagas disponíveis, realizar estágios em empresas ou associações parceiras do programa. Exemplos de parcerias nessa área são associações e empresas como Agência Nacional do Petróleo (ANP), *American Chamber of Commerce for Brazil* (AMCHAM), Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional dos Transportes (CNT), a Empresa Brasileira de Aviação (EMBRAER), a Herbalife, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), TIM Brasil, entre outras. Ou seja, esses parceiros contribuem para o cumprimento dos objetivos do Programa, pois ajudam a interligar o setor privado com o próprio programa.⁹¹

Do total de bolsas realizadas no âmbito do programa, foram os setores de engenharia e outras tecnologias que receberam o maior número de bolsas: 41.594. Em segundo e terceiro lugar estão as áreas de biologia, ciências biomédicas e também saúde e indústrias criativas com 16.076 e 8.061 bolsas implementadas, respectivamente. Analisemos a figura a seguir:

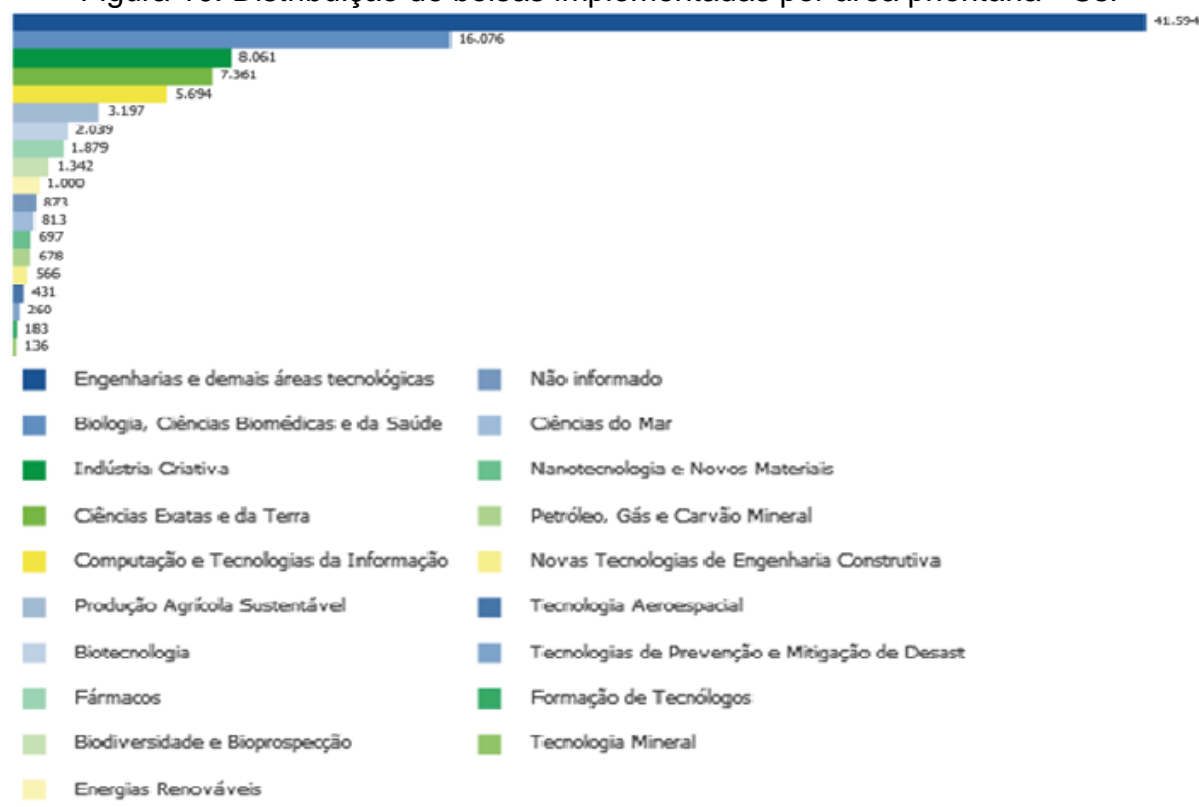
⁹⁰ MARTINEZ, K. L.; STALLIVIERI, L.; MAZON, M. S. Mobilidade Estudantil Internacional: Programa Ciência sem Fronteiras em evidência. In: XVI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTIÓN UNIVERSITARIA (CIGU). 16. 2016. Arequipa – Peru. **Gestión de la Investigación y Compromiso Social de la Universidad**. Santa Catarina. Disponível em:

https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/170995/OK%20-%20101_00419.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 19 jun. 2022.

⁹¹ MARTINEZ, K. L.; STALLIVIERI, L.; MAZON, M. S. Mobilidade Estudantil Internacional: Programa Ciência sem Fronteiras em evidência. In: XVI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTIÓN UNIVERSITARIA (CIGU). 16. 2016. Arequipa – Peru. **Gestión de la Investigación y Compromiso Social de la Universidad**. Santa Catarina. Disponível em:

https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/170995/OK%20-%20101_00419.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 19 jun. 2022.

Figura 10: Distribuição de bolsas implementadas por área prioritária - CsF

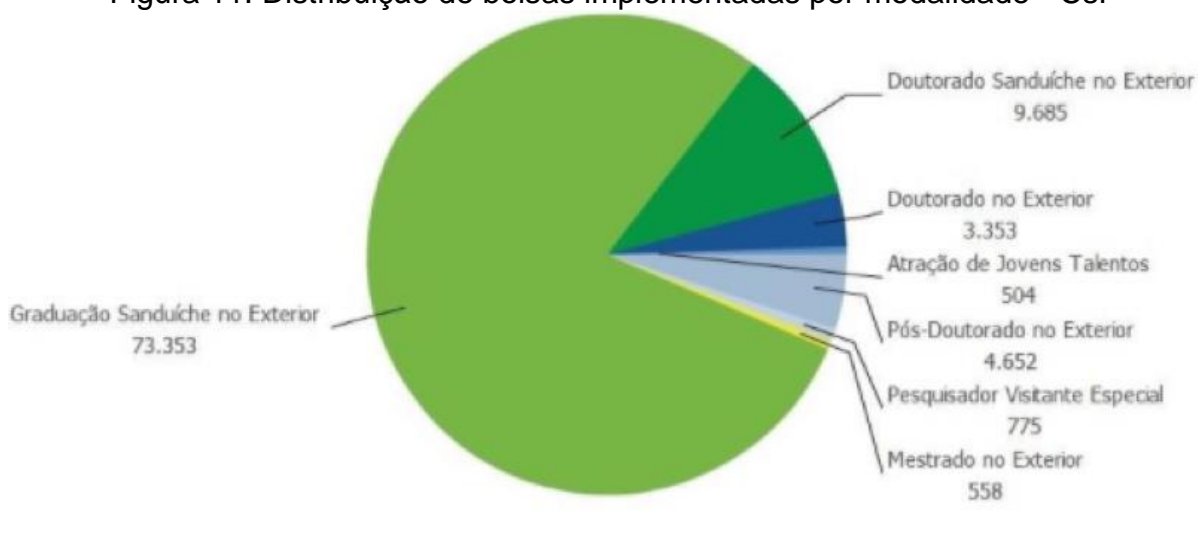


Fonte: Adaptado do painel de controle do CsF⁹².

Na distribuição das bolsas por modalidade, o maior número de implementações para a modalidade Graduação foi de 73.353 bolsas. O restante foi dividido entre as demais modalidades, sendo que a modalidade Doutorado Sanduíche no Exterior representou o montante de 9.685 bolsas implantadas. Observe:

⁹² BRASIL. Ministério da Educação. Portal CSF. **Painel de Controle Ciência sem Fronteiras**. 2016.

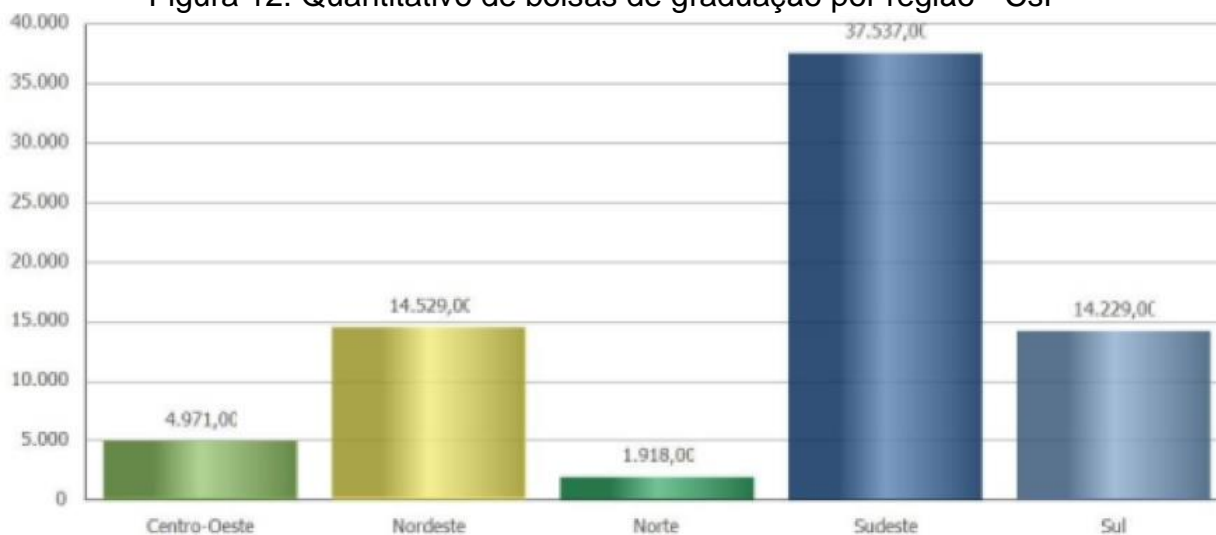
Figura 11: Distribuição de bolsas implementadas por modalidade - CsF



Fonte: Adaptado do painel de controle do CsF⁹³.

Porém, de acordo com os dados publicados pelo próprio programa, pode-se observar que a graduação considerou um maior número de estudos na região Sudeste do Brasil, seguida da região Nordeste, vejamos:

Figura 12: Quantitativo de bolsas de graduação por região - CsF



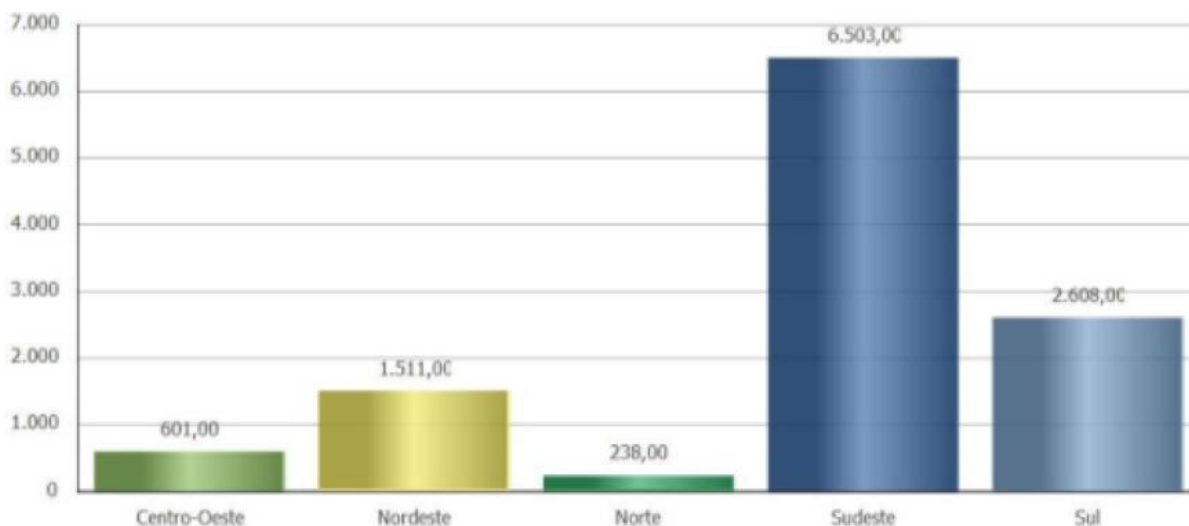
Fonte: Adaptado do painel de controle do CsF⁹⁴.

⁹³ BRASIL. Ministério da Educação. Portal CSF. **Painel de Controle Ciência sem Fronteiras**. 2016.

⁹⁴ BRASIL. Ministério da Educação. Portal CSF. **Painel de Controle Ciência sem Fronteiras**. 2016.

Em se tratando de bolsas de pós-graduação, a região Sudeste continua com o maior número de bolsistas. Porém, a região Nordeste é superada pela região Sul nesta modalidade. Consideremos:

Figura 13: Quantitativo de bolsas de pós-graduação por região - CsF



Fonte: Adaptado do painel de controle do CsF⁹⁵.

Dessa forma, verificamos que tais programas foram de grande importância para o desenvolvimento da UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora, tendo em vista a ampla possibilidade de crescimento proporcionada em conjunto com ações da Diretoria de Relações Internacionais. Os números apresentados, só demonstram que o processo de internacionalização de algumas Instituições de Ensino podem impactar também no desenvolvimento de uma nação. Sacrificar tais projetos institucionais, significa abrir mão de um futuro melhor para a sociedade.

Vieira, em sua dissertação, concluiu que o Programa Ciência sem Fronteiras e o Inglês sem Fronteiras, representaram uma nova fase no processo de internacionalização do ensino superior brasileiro. Foram iniciativas do Governo Federal que apontam para novos paradigmas das IES, inclusive, é válido mencionar a criação do Programa CAPES PrInt, em 2018, que trata-se de mais um programa de internacionalização.⁹⁶

⁹⁵ BRASIL. Ministério da Educação. Portal CSF. **Painel de Controle Ciência sem Fronteiras**. 2016.

⁹⁶ VIEIRA, A. C. **Internacionalização da educação superior brasileira: uma nova fase se inicia após o Ciência sem Fronteiras e o Inglês sem Fronteiras?** Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2019. p. 79.

Nesse sentido, pode-se afirmar que iniciativas desse tipo impactam fortemente as municipalidades e suas Universidades. Em continuidade, tratar-se-á sobre as diretrizes de outro programa do Governo Federal como premissa para início do processo de internacionalização, com o fim de servir de base aos objetivos do presente trabalho científico, haja vista que a internacionalização por si só, não estabelece um único caminho a ser percorrido pelos gestores, sejam eles: reitores, prefeitos, governadores, etc.

4 INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO E SUA APLICABILIDADE PRÁTICA

Segundo Beetham, os direitos humanos são constituintes da democracia, regime político em que os cidadãos elegíveis participam de forma igualitária a partir de atuação direta ou indireta. A efetividade dos direitos e liberdades básicas é *conditio sine qua non* para que as pessoas possam atuar ativamente frente às demandas públicas sem que haja controle popular por parte dos governantes. Apesar da estreita relação e mútua dependência entre direitos humanos e democracia, esta não se faz de forma simplificada e se mostra carregada de situações onde a violação dos direitos traz limitação à expressão democrática.⁹⁷

Conforme afirmativa de Sguissardi, dentre os direitos fundamentais, pode-se citar a educação. Esta é peça constituinte da democracia e possui alto nível de consolidação e expansão dos conceitos atrelados aos direitos humanos, sendo essencial para a permanência da sociedade igualitária, civil e politicamente. A educação é um direito de todos, independentemente de situação financeira, social, local de moradia, dentre outros aspectos.⁹⁸

Diante do pano de fundo da importância da educação para a formação de uma nação, vê-se, ao longo da história brasileira, iniciativas por parte do governo federal no intuito de aprimorar o sistema educacional, principalmente no que tange à formação superior. Dentre essas medidas, ao longo dos anos de 2012 e 2018, pode-se citar a iniciativa por parte do Ministério da Educação, Ministério das Relações Exteriores e Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicação na atuação como fomentador do processo de internacionalização da Educação, Ciência e Tecnologia brasileiras por intermédio das Instituições de Ensino Superior (IES).⁹⁹

Audy e Morosini afirmam que, por meio de programas apoiados pelo governo federal, gerou-se fluidez acadêmica internacional na graduação e na pós-graduação com o intuito do intercâmbio de conhecimentos e pesquisas. Nesse contexto, dá-se grande destaque ao Programa Ciência sem Fronteiras, instituído através do Decreto

⁹⁷ BEETHAM, D. **Human rights as a model for cosmopolitan democracy**. In D. Archibugi, D. Held & M. Kohler (Eds.). *Re-imagining political community: studies in cosmopolitan democracy*. Cambridge: Polity Press, 1998.

⁹⁸ SGUISSARDI, V. **Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente**. São Paulo: Cortez, 2009.

⁹⁹ SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

nº 7.642 de 13 de dezembro de 2011, responsável pela intensificação do processo de internacionalização do Ensino Superior e configurando este como um fenômeno complexo e peculiar.¹⁰⁰

Pelo viés acadêmico, os debates sobre o tema demandam, previamente, a compreensão aprofundada sobre o assunto bem como sobre as consequências dos fatos recentes. Assim, com o intuito de estudar as premissas e debater o processo de internacionalização do Ensino Superior brasileiro, a presente dissertação traz uma breve diferenciação do conceito de globalização e internacionalização, os programas utilizados pela UFJF, a internacionalização do ensino superior propriamente dita, as políticas atreladas à internacionalização bem como sua aplicabilidade prática.

De acordo com Morosini, é possível destacar três possibilidades geradas pela transnacionalização da educação superior: a dimensionalidade internacional existente desde o século XX, sendo esta marcada pela incidência desconexa entre os programas; a educação internacional, propriamente dita, elaborada com finalidades políticas; e, por fim, a internacionalização da educação atrelada ao processo de globalização social e econômica, processo gerador de grandes impactos na educação superior.¹⁰¹

Pode-se notar ao analisar obras a respeito do tema abordado que, muitos autores usam o conceito de internacionalização para se referir à globalização. Apesar disso, segundo Altbach e Knight, deve-se atentar que estes são conceitos distintos: a globalização está ligada a tendência mundial gerada pelos processos capitalistas, principalmente ao longo do século XXI marcado pelo Estado mínimo e pela conscientização de parte da sociedade sobre a importância da educação superior. Já a internacionalização se refere ao conjunto de políticas focados nos sistemas acadêmicos e direcionados na transnacionalização deste ambiente, fazendo com que este não se limite às paredes da universidade e atinja patamares mundiais.¹⁰²

Diferentemente da globalização, processo contínuo e que não pode ser controle, a internacionalização depende de uma série de fatores que envolvem a decisão dos detentores do poder como consequência de interesses diversos, como

¹⁰⁰ AUDY, J; MOROSINI, M. **Inovação, Universidade e Internacionalização**: boas práticas na PUCRS. EdiPUCRS: Rio Grande do Sul, 2010.

¹⁰¹ MOROSINI, M. C. Internacionalização da produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, 2011.

¹⁰² ALTBACH, P.; KNIGHT, J. The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities. **Journal of Studies in International Education**. v. 11. n. 3/4. 290-305. 2007.

por exemplo, a necessidade de melhoria do padrão de qualidade e de confiabilidade atreladas às IES.¹⁰³ O Brasil, apesar de ter se inserido no contexto da globalização desde o início de sua história produtiva, aderiu aos ideais da internacionalização, apenas na década a partir do Governo FHC, cuja continuidade foi marcada pela atuação intensa do governo federal. O Plano Nacional de Educação mais recente, que data o ano de 2014, estabelece dentre suas vinte metas propostas que três correspondam à internacionalização da educação superior:

12.12) consolidar e ampliar programas e ações de incentivo à mobilidade estudantil e docente em cursos de graduação e pós-graduação, em âmbito nacional e internacional, tendo em vista o enriquecimento da formação de nível superior;

[...]

13.7) fomentar a formação de consórcios entre instituições públicas de educação superior, com vistas a potencializar a atuação regional, inclusive por meio de plano de desenvolvimento institucional integrado, assegurando maior visibilidade nacional e internacional às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

[...]

14.9) consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa.

Ferreira e Oliveira afirma que a internacionalização do ensino superior pode auxiliar de forma direta a qualificação da mão de obra brasileira, trazendo uma reconfiguração das Universidades públicas, sendo este um dos principais argumentos, por exemplo, da gestão Dilma Rousseff diante o Programa Ciência Sem Fronteiras, demonstrado anteriormente. A ideia é que o estudante retornaria ao Brasil com uma melhor qualificação para atuar no mercado de trabalho em decorrência de todo o aprendizado adquirido na experiência internacional.¹⁰⁴

Além disso, pode-se notar no discurso do governo federal, que, além das mudanças focadas nas demandas do mercado, espera-se também uma alteração social em decorrência da possibilidade de aberturas de IES dentro do contexto internacional oferecendo maior visibilidade ao que se produz nas universidades brasileiras bem como propiciando um networking social, acadêmico e profissional.

¹⁰³ ALTBACH, P.; KNIGHT, J. The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities. **Journal of Studies in International Education**. v. 11. n. 3/4. 290-305. 2007.

¹⁰⁴ FERREIRA, S.; OLIVEIRA, J. F. **A reestruturação da educação superior no Brasil no processo de Nuances**: estudos sobre Educação. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 50-67, jan./dez. 2010.

Assim, a troca de conhecimentos culturais e pessoais também seria uma forma de incrementar a hospitalidade brasileira e gerar questionamentos diante dos paradigmas da sociedade.¹⁰⁵

Apesar dos aspectos positivos citados, de acordo com Nogueira, Aguiar e Ramos, a internacionalização do ensino superior deve ser feita através de estratégias que superem a barreira do conhecimento fluente em outra língua. Este é um ponto crucial, já que a educação básica brasileira não oferece respaldo suficiente para que um indivíduo adquira fluência e, portanto, os programas de saída do país acabam tendo caráter elitista, assim como o ingresso em universidades públicas.¹⁰⁶

4.1 DIRETRIZES E AÇÕES DO PROGRAMA FUTURE-SE COMO PREMISSAS PARA O INÍCIO DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO

O Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras - "Future-se", lançado pelo Ministério da Educação no Governo Bolsonaro para as IFES – Instituições Federais de Ensino Superior no Brasil, em julho de 2019, pareceu uma boa novidade no setor educacional brasileiro, mas sua oferta inclui a integração de leis e processos políticos vigentes desde a década de 1990. No lançamento do programa, o ex-Ministro Abraham Weintraub retomou uma antiga corrente de reorganização universitária sob orientação de mercado, intimamente ligada à tecnociência, bem recebido por muitos professores-pesquisadores que defendem esse modelo de *Universidade Empreendedora*.¹⁰⁷

O texto do programa Future-se, em sua primeira versão, nos trouxe três eixos importantes: “1) Gestão, Governança e Empreendedorismo; 2) Pesquisa e Inovação; e 3) Internacionalização.” Apesar das mudanças com novas versões do texto, os novos elementos seguiram as linhas dos eixos apresentados.¹⁰⁸

¹⁰⁵ FERREIRA, S.; OLIVEIRA, J. F. **A reestruturação da educação superior no Brasil no processo de Nuances**: estudos sobre Educação. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 50-67, jan./dez. 2010.

¹⁰⁶ NOGUEIRA, M. A.; AGUIAR, A. M. S.; RAMOS, V. C. C. Fronteiras desafiadas: a internacionalização das experiências escolares. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 29, n. 103, p. 355-76, mai./ago. 2008.

¹⁰⁷ SILVA, J. R. S.; FARGONI, E. H. E. **Future-se: o ultimato na universidade estatal brasileira**. Educação & Sociedade, v. 41, 2020. p. 4-5.

¹⁰⁸ SILVA, J. R. S.; FARGONI, E. H. E. **Future-se: o ultimato na universidade estatal brasileira**. Educação & Sociedade, v. 41, 2020. p. 6.

O grande destaque desses três itens é que as Universidades que aderirem ao programa poderiam firmar contratos de gestão com Organizações Sociais (OS), o que coaduna com o disposto nos quatro setores do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado:

(1) o núcleo estratégico do Estado, (2) as atividades exclusivas do Estado, (3) os serviços não exclusivos ou competitivos, e (4) a produção de bens e serviços para o mercado. [...] Na União, os serviços não exclusivos de Estado mais relevantes são as universidades, as escolas técnicas, os centros de pesquisa, os hospitais e os museus. A reforma proposta é a de transformá-los em um tipo especial de entidade não estatal, as organizações sociais. A ideia é transformá-los, voluntariamente, em “organizações sociais”, ou seja, em entidades que celebrem um contrato de gestão com o Poder Executivo e contem com a autorização do Parlamento para participar do orçamento público.¹⁰⁹

A lógica do “Future-se”, não é apenas definida em termos da mudança na epistemologia da ciência - é também, um processo de privatização de bens patrimoniais e recursos públicos, levando a um modelo de independência financeira, tornando-se assim “refém” de grandes empresas nacionais e internacionais, pois as Universidades se transformam em Organizações Sociais dependentes do setor privado.¹¹⁰

Pode-se perceber que essa transformação sugerida nesse modelo, aponta para uma mercantilização da educação, principalmente em relação às Universidade Públicas. Além disso, percebe-se que o projeto também se destina ao sistema de ciência e tecnologia de todo o país, abarcando também agências públicas de fomento que são responsáveis por aproximadamente 90% (noventa por cento) do financiamento da produção científica no país, aprofundando o processo de dependência de ciência e tecnologia.¹¹¹

De acordo com Silva Júnior e Fargoni, o “Future-se” irá gerar uma supervalorização da tecnociência sob o olhar do mercado científico global e com isso

¹⁰⁹ BRESSER-PEREIRA, L. C. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1996. p. 286.

¹¹⁰ SILVA, J. R. S.; FARGONI, E. H. E. **Future-se: o ultimato na universidade estatal brasileira**. Educação & Sociedade, v. 41, 2020. p. 6.

¹¹¹ LEHER, R. **Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente**: um estudo a partir de Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

reduzirá substancialmente os fundos públicos para investimento em desenvolvimento, pesquisa, ciência e tecnologia.¹¹²

Através deste programa, será estabelecido um modelo universitário baseado na meritocracia, no qual os pesquisadores se desafiarão a buscar financiamento do setor privado. Além disso, haverá competição entre as universidades para serem bem classificadas e conseqüentemente se beneficiarem da parceria entre as empresas privadas e públicas, que representarão um importante fundo de financiamento, pois pouco será retirado do Tesouro Nacional.¹¹³

Desse modo, percebe-se que a intenção do Programa “Future-se” do Governo Federal, é nada mais que criar meios para as Universidades se tornarem mais independentes, especialmente financeiramente, com estímulos derivados da competitividade de mercado.¹¹⁴ Mas ao mesmo tempo, há uma perda na autonomia das próprias Universidades, pois seus interesses deverão se alinhar aos interesses dos investidores.

Nesse sentido, os atores políticos em sua maioria, se mostraram contrários ao projeto. Embora tenha havido uma tentativa de regular a independência financeira da universidade, o governo defendeu que não haveria uma perda de autonomia, mas com a adesão ao programa haveria uma servidão aos contratos, por meio da transformação em OS. Destaca-se aqui os contratos de gestão que em sua minuta, firmavam que a OS poderia atuar na gestão de recursos e patrimônio das Instituições de Ensino, ou seja, são os chamados *namimg rights* em *campi* e edifícios, também na venda de imóveis e laboratórios.¹¹⁵

Schwartzman *et al.* alertam: “[...] parece excessivamente otimista a expectativa de que o setor privado aumente significativamente sua participação, seja em atividades conjuntas de pesquisa e inovação tecnológica, seja em doações filantrópicas”.¹¹⁶ Tal posicionamento se dá pelo histórico do setor produtivo que não

¹¹² SILVA JÚNIOR, J. R.; FARGONI, E. H. E. Mundialização da educação superior: Notas sobre economia, produção de conhecimento e impactos na sociedade civil. **Revista Trabalho & Educação**, v. 28, n. 3, p. 35-49, set.–dez, 2019.

¹¹³ SILVA, J. R. S.; FARGONI, E. H. E. **Future-se: o ultimato na universidade estatal brasileira**. Educação & Sociedade, v. 41, 2020. p. 7.

¹¹⁴ MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Perguntas e respostas do Future-se, programa de autonomia financeira da educação superior**. 2020.

¹¹⁵ SILVA, J. R. S.; FARGONI, E. H. E. **Future-se: o ultimato na universidade estatal brasileira**. Educação & Sociedade, v. 41, 2020. p. 8.

¹¹⁶ SCHWARTZMAN, S. et. al. **Uma análise sobre o programa Future-se, proposto pelo Ministério da Educação**, 2019.

investe em pesquisa e desenvolvimento, mas isso tem mudado no avançar dos tempos.

Apesar de posicionamentos contrários ao programa do Governo Federal, não se pode ignorá-lo totalmente, tendo em vista que algumas diretrizes podem ser aproveitadas e utilizadas como princípios basilares em nosso plano de internacionalização. Logo em seu artigo 1º, a proposta do Programa dispõe:

I - propiciar fontes adicionais de financiamento para as universidades e institutos federais; II - incentivar o incremento da captação de recursos próprios; III - viabilizar a destinação dos recursos próprios diretamente para a respectiva universidade ou instituto federal; IV - promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação; V - fomentar a promoção da visão empreendedora; e VI - estimular a internacionalização das universidades e institutos federais.¹¹⁷

Nota-se que de início, o inciso VI do artigo 1º institui o estímulo à internacionalização das universidades e institutos federais. Logo em seguida, no artigo 3º do projeto, está disposto em seu inciso XI que a internacionalização compreende o seguinte:

XI - internacionalização: o processo de promoção das relações acadêmico-técnico-científicas interinstitucionais, de modo a permitir a criação, a implementação e o acompanhamento de projetos e convênios, visando à inovação e à inserção das universidades e institutos federais no cenário internacional, ao fortalecimento da interação com instituições do exterior e à viabilização de uma educação sustentável, colaborativa e responsiva aos desafios da sociedade globalizada;¹¹⁸

Notemos que aqui já aparecem as figuras de projetos e convênios, que se tratam dos institutos mais comuns para se firmar parcerias interinstitucionais, especialmente com Universidades localizadas no exterior. Verifica-se também que se

¹¹⁷ BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE**. 2nd version. Brasília, 2019b. Disponível em: http://estaticog1.globo.com/2019/10/16/minuta_de_anteprojeto_de_lei__futurese__gt__portaria_1701__16102019.pdf. Acesso: Feb. 12, 2022.

¹¹⁸ BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE**. 2nd version. Brasília, 2019b. Disponível em: http://estaticog1.globo.com/2019/10/16/minuta_de_anteprojeto_de_lei__futurese__gt__portaria_1701__16102019.pdf. Acesso: Feb. 12, 2022.

trata de um meio mais independente para a própria Universidade buscar suas parceiras internacionalmente.

Apesar das discussões relacionadas ao fundo de investimentos do Programa, no artigo 6º do projeto é estabelecido a figura do contrato de desempenho, que pode ser celebrado entre a universidade ou o instituto federal e o Ministério da Educação, que terá como contrapartida a concessão de benefícios especiais. Tais benefícios, compreendem a garantia de recebimento de receitas provenientes do Fundo Soberano do Conhecimento e do Fundo Patrimonial do Future-se, com destinação ao empreendedorismo, pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação e também, para a internacionalização.¹¹⁹

No capítulo VI do projeto, trata-se especificamente do Eixo 3 – Internacionalização. Logo no artigo 23, dispõe-se os pilares da internacionalização, quais sejam: “I – mobilidade internacional da comunidade acadêmica; II – política linguística; e III – colaboração e parcerias internacionais em ensino, pesquisa e extensão.”¹²⁰ Portanto, extrai-se que todo processo de internacionalização deveria seguir estes pilares que posteriormente serão efetivados por meio de várias ações.

Desse modo, visando essa implementação, no artigo 24 do projeto um total de 23 (vinte e três) ações são estabelecidas para a efetivação dos pilares. Vejamos o texto:

- I – planejamento da estratégia institucional de internacionalização;
- II – desenvolvimento e gerenciamento de programas de mobilidade acadêmica;
- III - oferta de cursos de línguas estrangeiras e de certificações de proficiência para discentes, docentes e técnico-administrativos;
- IV – oferta de cursos de língua portuguesa para estrangeiros;
- V - oferta de disciplinas de cursos técnicos, graduação e pós-graduação em língua estrangeira;
- VI - contratação de serviços de tradução ou revisão, para fins de publicação em periódicos de alto impacto;
- VII - intercâmbio de pesquisadores discentes e docentes vinculados a cursos de graduação e pós-graduação;
- VIII – parcerias para oferta de programas de pós-graduação stricto sensu em regime de dupla titulação (double degree), cotutela ou

¹¹⁹ BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE**. 2nd version. Brasília, 2019b. Disponível em: http://estaticog1.globo.com/2019/10/16/minuta_de_anteprojeto_de_lei__futurese__gt__portaria_1701__16102019.pdf. Acesso: Feb. 12, 2022.

¹²⁰ BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE**. 2nd version. Brasília, 2019b. Disponível em: http://estaticog1.globo.com/2019/10/16/minuta_de_anteprojeto_de_lei__futurese__gt__portaria_1701__16102019.pdf. Acesso: Feb. 12, 2022.

orientação conjunta e titulação conjunta (joint degree), com instituições de excelência estrangeiras;

IX - participação em redes de colaboração internacional;

X - captação de recursos nacionais e internacionais;

XI – promoção de eventos internacionais e participação em eventos de mesma natureza;

XII - implementação de acordos, convênios e programas de ensino, pesquisa e extensão internacionais que gerem resultados efetivos;

XIII - divulgação de oportunidades acadêmico-técnico-científicas internacionais junto à comunidade interna e externa à instituição de ensino;

XIV - realização de missões em instituições estrangeiras de ensino superior e de pesquisa;

XV - recepção de delegações e de missões do exterior;

XVI – atração de pesquisadores e docentes do exterior para atuar em atividades de ensino, pesquisa e extensão;

XVII – celebração de acordos internacionais para intercâmbio de encargos docentes, de forma que se permita a docência nas instituições parceiras;

XVIII - reconhecimento de créditos e de atividades acadêmicas e científicas realizados por docentes e discentes no exterior;

XIX - acolhimento e acompanhamento de docentes, pesquisadores, discentes e equipe técnica-administrativa do exterior;

XX - disponibilização de infraestrutura adequada ao desenvolvimento da política de internacionalização;

XXI - multiplicação do conhecimento e da experiência adquiridos no exterior;

XXII – incentivo à concessão de bolsas de estudo para estudantes com alto desempenho acadêmico e/ou atlético; e

XXIII – facilitação de acreditação de disciplinas cursadas em plataformas ofertadas por instituições de excelência no exterior, conforme disposto em Regulamento.¹²¹

Portanto, tratando-se de extrair o melhor do projeto do programa Future-se do Governo Federal, colocado em jogo pelo Ministério da Educação, somente no campo da internacionalização, a parte que interessa para a presente pesquisa científica, tem-se no mínimo 23 (vinte e três) ações que podem ser implementadas pelas IES para criarem ou iniciarem seu próprio processo de internacionalização. As ações citadas no referido projeto serão melhor exemplificadas ao final da presente dissertação, no capítulo 6 especificamente, criando assim, um verdadeiro planejamento base para a internacionalização.

¹²¹ BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE**. 2nd version. Brasília, 2019b. Disponível em: http://estaticog1.globo.com/2019/10/16/minuta_de_anteprojeto_de_lei__futurese__gt__portaria_1701__16102019.pdf. Acesso: Feb. 12, 2022.

¹²¹ BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE**. 2nd version. Brasília, 2019b. Disponível em: http://estaticog1.globo.com/2019/10/16/minuta_de_anteprojeto_de_lei__futurese__gt__portaria_1701__16102019.pdf. Acesso: Feb. 12, 2022.

4.2 GUIA ESTRATÉGICO DE INTERNACIONALIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA CAPES

A CAPES lançou um novo Guia do Plano Estratégico de Internacionalização Institucional, especialmente para as Pós-graduações *Stricto sensu*, dentro de uma proposta para acelerar a implementação internacional dos programas brasileiros de diploma estrito. Este documento, que orienta a elaboração da Estratégia de Comércio Internacional, auxilia as instituições de ensino superior (IES) a planejar o início de suas atividades no exterior ou a melhorar os empregos existentes. O guia responde ao desafio de aumentar a visibilidade das pesquisas produzidas no Brasil e criar oportunidades para acadêmicos, alunos e alunos de ex-alunos brasileiros. O Plano Estratégico atende às diretrizes do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) para o estabelecimento de acordos de cooperação internacional.¹²²

A nova diretriz é baseada na experiência de instituições de sucesso que participam do Programa de Instituições Internacionais (PRINT). Além disso, as políticas de incentivo anteriores, desenvolvidas por parceiros, e o monitoramento de vigilância promovido pelo *American Education Council* – ACE-LAB e Fulbright, também serviram de fonte para este novo documento.¹²³

Há mais de 40 anos, a CAPES mantém relações internacionais em diversas áreas da educação e da ciência. Atualmente, existem 73 acordos de cooperação com 36 países. Mais de 3.000 bolsistas estão atualmente estudando no exterior com financiamento da Fundação.¹²⁴

De acordo com a CAPES, o Guia de Aceleração da Internacionalização Institucional constitui o seguinte: “[...] um conjunto de orientações para gestores acadêmicos que integram instituições interessadas em internacionalizar-se a partir de

¹²² CAPES. **Guia para Aceleração da Internacionalização Institucional**: Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23122020_Guia_para_Aceleracao_da_Internacionalizacao_Institucional.pdf. Acesso em: 26 jun. 2022.

¹²³ CAPES. **Guia para Aceleração da Internacionalização Institucional**: Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23122020_Guia_para_Aceleracao_da_Internacionalizacao_Institucional.pdf. Acesso em: 26 jun. 2022.

¹²⁴ CAPES. **Guia para Aceleração da Internacionalização Institucional**: Pós-Graduação *Stricto Sensu*. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23122020_Guia_para_Aceleracao_da_Internacionalizacao_Institucional.pdf. Acesso em: 26 jun. 2022.

um repositório de experiências da Diretoria de Relações Internacionais – DRI da CAPES nos últimos dois anos.” Portanto, traz-se esse documento à colação para que sirva de base orientativa, atuando em conjunto com o presente trabalho científico.¹²⁵

Ainda, a CAPES tratou de estabelecer os múltiplos objetivos no Guia supramencionado, vejamos:

- Evoluir da simples mobilidade acadêmica para o desenvolvimento de projetos cooperativos em âmbito internacional, de conhecimento diplomático, de universidades de classe mundial e de acesso (ou aquisição) a bases tecnológicas mais sofisticadas, encurtando o caminho para o desenvolvimento econômico nacional;
- Ampliar as possibilidades de envolvimento e de financiamento internacional de pesquisas, as possibilidades de publicação, citação e as de patenteamento internacional de produtos, ideias e desenhos; e
- Integrar atividades de internacionalização institucionais fragmentadas e desconexas e orientar investimentos e esforços de internacionalização, de forma integrada e compreensiva, visando à construção e reforço de competências centrais da instituição.¹²⁶

Outrossim, para a construção do processo de internacionalização, a CAPES sintetizou os processos em quatro níveis diferentes, observe:

- a) Conhecimento e Compromisso,
- b) Implementação,
- c) Consolidação, e
- d) Internacionalização Plena.¹²⁷

Os níveis estão estabelecidos em ordem crescente de evolução, conforme citado. Ademais, a CAPES considerou os quatro principais sistemas de ranqueamento internacional para a elaboração deste Guia para a Internacionalização, quais sejam: *THE – Times Higher Education: World Universities Ranking*; *QS – World Universities*

¹²⁵ CAPES. **Guia para Aceleração da Internacionalização Institucional: Pós-Graduação Stricto Sensu.** Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23122020_Guia_para_Aceleracao_da_Internacionalizacao_Institucional.pdf. Acesso em: 26 jun. 2022. p. 5.

¹²⁶ CAPES. **Guia para Aceleração da Internacionalização Institucional: Pós-Graduação Stricto Sensu.** Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23122020_Guia_para_Aceleracao_da_Internacionalizacao_Institucional.pdf. Acesso em: 26 jun. 2022. p. 7.

¹²⁷ CAPES. **Guia para Aceleração da Internacionalização Institucional: Pós-Graduação Stricto Sensu.** Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23122020_Guia_para_Aceleracao_da_Internacionalizacao_Institucional.pdf. Acesso em: 26 jun. 2022. p. 8.

Ranking – Global; Ranking Web of Universities; Academic Ranking of World Universities; e U-Multirank. No entanto, a CAPES justifica que não se fez a escolha de um único sistema internacional de ranqueamento pois há a necessidade de se considerar a realidade nacional e de cada Instituição de Ensino Superior.¹²⁸

Insta ressaltar, que em outubro de 2017, a CAPES havia divulgado os resultados do Questionários aplicado às IES com o seguinte tema: A Internacionalização na Universidade Brasileira. Nesse documento, concluiu-se que a maioria das Universidades concordam com a necessidade de se criar um plano estratégico para internacionalização. Portanto, percebe-se que a preocupação com o tema vem de um longo período, e, antes da publicação do Guia Estratégico, precederam-se pesquisas importantes sobre o tema, como por exemplo, o questionário supramencionado.¹²⁹

Dessa forma, seguiremos nos próximos tópicos com os resultados práticos da presente dissertação, levando em consideração, principalmente, as premissas elencadas neste início de capítulo.

4.3 MODELO PRÁTICO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE INTERNACIONALIZAÇÃO NAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS

De acordo com Lima *et al.*¹³⁰, no Brasil, pode-se notar fortes modificações nas IES, principalmente entre os anos 2003 e 2010 na gestão Luiz Inácio Lula da Silva, na qual houve grande proximidade com o movimento global de alteração do ensino superior, através, principalmente, do Processo Bolonha¹³¹ (tradução livre do original *Bolog Process*) que atingiu diversos países europeus. Esta fase foi marcada por características atinentes às premissas do Processo Bolonha, as quais seguem

¹²⁸ CAPES. **Guia para Aceleração da Internacionalização Institucional:** Pós-Graduação Stricto Sensu. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/23122020_Guia_para_Aceleracao_da_Internacionalizacao_Institucional.pdf. Acesso em: 26 jun. 2022. p. 13.

¹²⁹ CAPES. **A internacionalização na Universidade Brasileira:** resultados do questionário aplicado pela CAPES. Brasília, 2017. p. 45.

¹³⁰ LIMA, L.; AZEVEDO, M. L. N.; CATANI, A. M. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a universidade nova. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008.

¹³¹ De acordo com *Bologna Process* (2013), é “o nome que recebe o processo iniciado a partir da Declaração de Bolonha, acordo que, em 1999, assinaram os ministros da Educação de diversos países de Europa (tanto da União Europeia como de outros países como Rússia ou Turquia), na cidade italiana de Bolonha.”

listadas na Tabela 3.

Tabela 3: Características notadas nas IES

ASPECTO GERAL	DESCRIÇÃO
AVALIAÇÃO E REGULAÇÃO	Centralidade dos sistemas de avaliação e regulação, que promove maior ranqueamento e a competitividade entre as IES;
PARCERIAS	Maior incentivo à parceria universidade - setor produtivo;
GESTÃO	Adoção de mecanismos de gestão estratégica ou gerencial;
ABRANGÊNCIA SOCIAL	Diversificação de cursos e de IES;
	Estabelecimento de metas para ampliar vagas, aumentar a relação professor-aluno e diminuir o custo-aluno nas universidades públicas federais;
	Ampliação dos cursos e das vagas mediante educação superior a distância;
	Criação e ampliação de sistemas de concessão de bolsas para estudantes pobres em IES privadas.

Fonte: Elaborada pelo autor a partir do *Bologna Process*.¹³²

De acordo com Santos, uma das teorias a respeito das alterações lançadas às IES, eram que estas faziam parte de uma série de estratégias para que o Brasil assumisse um posicionamento de destaque internacional quanto à qualidade do ensino universitário, quando comparado a países latino-americanos e africanos.¹³³ Assim, a transnacionalização da educação superior passou a corroborar com o aumento de volume desse nível educacional tanto regionalmente quanto globalmente, gerando alterações tanto no papel da universidade na sociedade quanto em seu papel interno através, por exemplo, da compatibilização curricular com cursos do exterior, destaque qualitativo institucional, melhoria na metodologia de avaliação, no processo de gestão das redes de pesquisas, dentre outros.

As medidas tomadas ao longo do governo Lula foram consequências diretas daquelas iniciadas pelo governo do também ex-presidente Fernando Henrique Cardoso - FHC (1995 - 2002), sendo estas orientadas pelo Banco Mundial,¹³⁴ através de ações que visavam os seguintes pontos: incentivo à diversidade e distinção dos cursos superiores; adoção de programas educacionais à distância; diversificação das procedências dos aportes financeiros; implementação de processos de financiamentos de cunho estatal em conformidade com a performance esperada;

¹³² BOLOGNA PROCESS. **European Higher Education Area**. Ministerial Declarations and Communiqués. Apresenta documentos sobre o Espaço Europeu de Ensino Superior. 2013a.

¹³³ SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI**: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade. São Paulo: Cortez, 2004.

¹³⁴ BANCO MUNDIAL, **Construir Sociedades de Conocimiento**: Nuevos Desafíos para la Educación Terciaria. Washington: Banco Mundial. 2003.

melhoria e a aproximação entre professor e aluno; combate à saída precoce de alunos; combate às dependências nas disciplinas; exigência a maior transparência quanto aos gastos feitos com dinheiro público; o incentivo às pesquisas na tentativa de alinhar as demandas do mercado com os conteúdos ensinados em sala de aula; a promoção de políticas afirmativas para propiciar um maior acesso dos grupos prioritários; e, por fim, a instituição e o fortalecimento de reduções de mensalidades nas universidades privadas.¹³⁵ Apesar das diretrizes muito bem delineadas, há de se ressaltar que os enormes casos de corrupção mancharam a gestão dos governos mencionados e impactaram negativamente nos resultados entregues à sociedade.

Assim, a partir da breve construção teórica e de experiências já vivenciadas, como as relatadas nas obras de Amorim e Finardi,¹³⁶ Lima,¹³⁷ Lourenço e Petenuci,¹³⁸ Tanoue e Morilas,¹³⁹ Mueller,¹⁴⁰ Miura,¹⁴¹ dentre outros, fora desenvolvido um modelo prático para implementação nas universidades do processo de internacionalização que exemplificaremos nas alíneas seguintes. Esse planejamento poderá ser usado por qualquer Instituição de Ensino que tenha interesse. O modelo é sugestivo e não tem a pretensão de esgotar o tema ou mesmo implementar uma taxatividade, o que se propõe são passos iniciais que podem instituir um plano de internacionalização das Universidades Públicas, especialmente as municipais, vejamos:

¹³⁵ SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

¹³⁶ AMORIM, G. B.; FINARDI, K. R. Internacionalização do ensino superior e línguas estrangeiras: evidências de um estudo de caso nos níveis micro, meso e macro. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), [S.L.], v. 22, n. 3, p. 614-632, dez. 2017.

¹³⁷ LIMA, R. F. **Papel das casas de cultura estrangeira para a implementação das políticas linguísticas no processo de internacionalização da Universidade Federal do Ceará**. Orientadora: Maria Elias Soares. 2021. 114 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

¹³⁸ LOURENÇO, R.L.; PETENUCCI, M.E. Balanced Scorecard como modelo para implementar a internacionalização na universidade pública. **Dialnet**, v. 19, n. 50, 2022.

¹³⁹ TANOUE, A.D.; MORILAS, L.R. **A internacionalização do ensino superior no Brasil: um estudo de caso das políticas da Universidade de São Paulo**. Fórum de Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, Anais [...], 14p., 2017.

¹⁴⁰ MUELLER, C. V. **O processo de internacionalização do ensino superior: um estudo de caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Orientadora: Maria Susana Arroza Soares. 2013. 74 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Mestrado em Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

¹⁴¹ MIURA, Irene Kazumi. **O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo: um estudo em três áreas de conhecimento**. 2006. Tese (Livre Docência em Recursos Humanos) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, University of São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

a) Atuação da conectividade global para a internacionalização da universidade:

Propõem-se, a priori, a criação do Centro Internacional de Informações, por meio do qual professores e funcionários receberão informações sobre programas de estudos e bolsas, catálogos de cursos, guias de como atualizar ou iniciar seu curso de língua estrangeira na universidade para futuras atividades de mobilidade. Como ferramentas, elencam-se os seminários informativos, cooperação com outras instituições internacionais, além da distribuição de revistas, folhetos, circulares e guias sobre a universidade no cenário internacional.

Outro aspecto importante para a internacionalização da universidade, diz respeito à digitalização da informação internacional, em que se sugere a criação de parcerias entre a universidade e institutos, como a *Academic International Network* (ACINNET), associação educacional privada sem fins lucrativos, formada por onze universidades da América do Sul e Europa, com o objetivo de facilitar e promover a colaboração em um nível internacional. As principais finalidades da ACINNET são: coordenar e implementar atividades que incluam programas de ensino e eventos internacionais na área da educação e apoiar as iniciativas de educação e formação das populações em que estão inseridas as suas unidades associadas.

b) Participação em parcerias e redes internacionais:

Sugere-se que a universidade participe de associações nacionais e internacionais com o objetivo de fortalecer parcerias com instituições internacionais como: i) *Fulbright* Brasil: comissão de intercâmbio educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil; ii) Associação Brasileira de Educação Internacional (FAUBAI): que reúne cerca de 180 instituições de ensino superior brasileiras com o objetivo de promover a integração de seus membros; iii) Coimbra: grupo de universidades brasileiras que tem como missão promover a integração interinstitucional e internacional por meio de programas de ensino e mobilidade estudantil; iv) instituições que trabalhem com intercâmbios e colaborações internacionais. Nesse sentido, deve-se destacar a importância das ferramentas para aprimorar o ensino, a pesquisa, a consultoria e a gestão das instituições filiadas.

Essas parcerias proporcionarão maior visibilidade internacional em grandes exposições, conferências e fóruns de discussão relacionados à educação em nível internacional. Portanto, a universidade inserida nessas redes estratégicas enfrentará

desafios para melhor atender às necessidades da comunidade acadêmica e construir seu perfil no cenário internacional.

c) Mapeamento das relações internacionais da Universidade:

A possibilidade de implementação de uma política de internacionalização depende de uma série de fatores, tais como: a qualidade dos alunos, gestores, professores e servidores, a infraestrutura disponível e a rede de cooperação, fundamentais para impulsionar a internacionalização e a inovação. Ter um controle que facilite a visualização desses fatores e as relações estabelecidas entre esses segmentos podem auxiliar na realização de futuras parcerias. Pensando nisso, aconselha-se que a universidade em conjunto com o centro de tecnologia da informação crie um mapeamento que ajudará a visualizar e analisar essas informações. Com base nesse cenário, tanto dos movimentos das comunidades no exterior quanto do fluxo de pesquisadores e estudantes na universidade, é possível que haja o planejamento de novas ações, como, por exemplo, listar as instituições onde podem ser criadas novas parcerias.

d) Desenvolvimento e promoção das relações internacionais com universidades estrangeiras:

Com o objetivo de intensificar as relações internacionais, recomenda-se a criação de uma Assessoria de Cooperação Internacional para que haja atendimento aos programas de internacionalização e editais públicos, por meio de agências de fomento para estimular visitas técnicas de docentes das universidades a instituições estrangeiras. Visa-se, assim, estreitar as relações internacionais com outras a serem aprimoradas a partir de instituições de investigação e/ou ensino de forma a promover conjuntamente a promoção de projetos de investigação em parceria, a mobilidade de estudantes e docentes nas instituições participantes.

A Assessoria de Cooperação Internacional poderá ser integrada à Assessoria de Relações Internacionais como uma Comissão Especial ou ser implantada dentro da Pró-Reitoria de Internacionalização, em consonância com os modelos sugeridos no subtópico 3.3.4 que será apresentado a seguir.

Insta esclarecer, que a Assessoria de Cooperação Internacional, por vezes, atuará como uma estrutura extensiva no exterior, funcionando como uma verdadeira “ponte” entre as Universidades e Nações cooperadas entre si. Desse modo, pode-se

dizer que esta Assessoria terá também o dever de realizar pesquisas em todo o mundo para criar oportunidades para seus alunos, gestores, professores e aprender de forma diferenciada, global e complementar, durante um período de mobilidade ou visita técnica, como estabelecer parcerias e acordos bilaterais com instituições e nações internacionais.

e) Divulgação das oportunidades e eventos internacionais:

Criação de departamento voltado às oportunidades para professores e funcionários que ofereçam à comunidade universitária todas as opções para internacionalizar suas pesquisas e/ou produtos. Com isso em mente, a comunidade acadêmica receberá financiamento na forma de *International Opportunity Grant* (INOG), por exemplo, para apresentar trabalhos científicos em conferências internacionais. Outra opção é permitir que os funcionários façam estágio administrativo em outras universidades parceiras estrangeiras para trocar processos e experiências e otimizar a internacionalização da universidade de forma global.

Esses programas visam financiar visitas técnicas de docentes da universidade a instituições estrangeiras. Além disso, em conjunto com outras Instituições de Ensino Superior (IES), propõe-se a promoção de programa de capacitação em Relações Internacionais visando apresentar a dinâmica destas relações aplicada às instituições de ensino superior para gestores públicos, servidores administrativos superiores, diretores de unidades universitárias e coordenadores de cursos de bacharelado e pós-graduação.

f) Qualificação dos discentes para a internacionalização da universidade:

Com a proposta de formar jovens para viver em um mundo globalizado, a universidade tem proporcionado experiência de trabalho pedagógico-cultural a alunos de graduação e pós-graduação por meio do departamento responsável pelos idiomas (vinculado à Assessoria de Relações Internacionais ou Pró-Reitoria de Internacionalização – vide subtópico 3.3.4) com o objetivo de estimular e promover a mobilidade entre alunos/professores de diferentes países, cujas línguas e culturas estão sendo estudadas ou ensinadas. A preparação para graduação e pós-graduação inclui habilidades linguísticas por meio de aulas presenciais de idiomas na universidade e também orientação sobre mobilidade direcionada às disciplinas que os alunos farão para obter o melhor desempenho acadêmico. Inclui-se em conjunto, a

orientação necessária sobre a documentação para a realização da mobilidade internacional.

g) Internacionalização (linguística) da grade curricular dos cursos de graduação e pós-graduação:

A equiparação do currículo de graduação e pós-graduação entre as instituições de ensino ao redor do mundo não é uma tarefa simples, pois em alguns países como o Brasil e outros países da América Latina, tratam as disciplinas curriculares de forma ampla e oferecem disciplinas obrigatórias, eletivas e optativas. Frente a este cenário, o departamento responsável pela internacionalização universitária, chamada neste trabalho de Assessoria de Relações Internacionais ou Pró-Reitoria de Internacionalização, deve trabalhar em conjunto com a Pró-Reitoria de Ensino de Graduação e Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação na tradução do currículo de todos os cursos que se pretende vincular à universidade, o que facilitará a emissão do histórico escolar caso o aluno possua cursos em outra instituição internacional participante da mobilidade.

As disciplinas obrigatórias do currículo do curso incluem o português e o inglês, sendo este último oferecido contextualizado ao longo de oito semestres, proporcionando aos alunos um domínio pleno de leitura de bibliografias específicas da área, o que também é importante para a participação em programas de formação, pós-graduação, grupos de estudos, dentre outras modalidades. Além do inglês como língua estrangeira obrigatória, o aluno deve escolher outra língua estrangeira como disciplina opcional, que é oferecida na modalidade semipresencial, para que se tenha uma formação bilíngue ao final do curso.

Nesse sentido, sugere-se que a universidade, também em conjunto com a Pró-Reitoria de Graduação e Pós-Graduação, analise a equivalência das disciplinas cursadas durante a mobilidade, com o intuito de manter a equivalência com as atividades curriculares da universidade à luz do projeto pedagógico, como por exemplo, o aproveitamento de créditos.

Diante do cenário de globalização, recomenda-se também a criação de departamento com o objetivo de fortalecer o processo de desenvolvimento de polos empresariais/industriais na região e no país, por meio da capacitação de recursos humanos qualificados, através da implementação de projetos de pesquisa e inovação tecnológica de ponta com a formação de parcerias interinstitucionais. Recomenda-se

também aos vários programas, que incentivem a expansão da oferta de programas de graduação ministrados em inglês.

Por outro lado, devido à crescente necessidade de firmar parcerias com os programas de pós-graduação *stricto sensu* entre grandes instituições de ensino, a universidade deve estar também comprometida com os programas de internacionalização oferecidos pelo Governo Federal e nos demais âmbitos, como exemplo, a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), voltado para a internacionalização da pós-graduação brasileira.

- h) Estimular a oferta de disciplinas em língua inglesa nos cursos de graduação e pós-graduação:

O acesso à língua inglesa chama a atenção pelo seu lugar em relação às demais línguas, que é um dos objetivos da internacionalização das instituições universitárias brasileiras. Nesse sentido, com o objetivo de aprimorar a língua inglesa no ambiente acadêmico e possibilitar a compreensão dos alunos estrangeiros, a universidade deve promover a oferta de cursos ministrados inteiramente em inglês, tanto na graduação quanto na pós-graduação, tanto para os discentes quanto para os docentes e o corpo técnico-administrativo.

- i) Aumento na participação de discentes estrangeiros nos cursos de graduação e pós-graduação:

Sugere-se quebrar o isolamento internacional na educação como forma da universidade atrair estudantes estrangeiros. Pensando nisso, uma das principais estratégias da universidade pode ser o oferecimento de cursos de Graduação e Pós-Graduação inteiramente em inglês. Essa participação será disseminada a partir da mobilidade acadêmica internacional.

- j) Criação de programas e projetos de pesquisa científica em colaboração com instituições estrangeiras:

A internacionalização ocorre de diferentes formas entre as universidades, principalmente por meio da cooperação internacional, que inclui a mobilidade de estudantes, gestores e professores, entre outros, como citado nas alíneas anteriores. Professores, técnicos administrativos e alunos da universidade podem, por meio de convênios com universidades estrangeiras, desenvolver programas e projetos de pesquisa com o objetivo de colaborar com as instituições internacionais por meio da

pesquisa científica. Para tanto, propõe-se realizar o cadastro das parcerias já estabelecidas para que haja o levantamento dos convênios já existentes de forma que esse controle influencie no aumento de parcerias, otimizando a dinâmica de internacionalização da universidade.

k) Desenvolvimento de ações de extensão em parceria com instituições internacionais:

A princípio, vale colocar que a Extensão Universitária, de acordo com Pires da Silva, é conceituada como um “processo educativo, cultural e científico que articula o Ensino e a Pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade”. Esse programa de ampliação corresponde a um conjunto articulado de projetos e outras atividades de ampliação, como cursos, eventos e serviços, os quais podem ser integrados, preferencialmente, às atividades de extensão, pesquisa e ensino. Possui caráter orgânico-institucional, diretrizes claras e orientação para um objetivo comum, que se concretiza a médio e longo prazo.¹⁴²

Portanto, a natureza das atividades de assessoria na universidade deve encorajar a participação em questões sociais e políticas, principalmente aquelas relacionadas à saúde, educação, cultura, tecnologia, direitos humanos, trabalho, meio ambiente e comunicação. O objetivo é estimular e promover entre docentes, técnicos e discentes o conhecimento cívico e humano voltado para a concepção de uma sociedade globalizada. Assim, a universidade está aberta à sociedade para a recepção dos subsídios das experiências históricas e internacionais por meio de métodos participativos que levem à democratização do conhecimento.

Diante disso, recomenda-se que a universidade desenvolva colaborações com instituições públicas e privadas internacionais voltadas à operacionalização de programas e projetos designados à mobilidade de equipes de assessoria em períodos de até três meses com o objetivo de desenvolver ações de assessoria de forma integrada. Assim, haverá o cumprimento da função de produzir e difundir ciência, tecnologias, inovações, culturas e artes, além de formar cidadãos críticos e comprometidos com a ética, a democracia e a mudança social.

l) Oferta de serviços educacionais na universidade e no exterior:

¹⁴² PIRES DA SILVA, W. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Um conceito em Construção. **Revista Extensão & Sociedade**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2020.

A Assessoria de Relações Internacionais ou a Pró-Reitoria de Internacionalização deve orientar professores, alunos e funcionários administrativos da universidade e de instituições estrangeiras sobre: 1) normas e regulamentos definidos para cada convênio, programa ou projeto de cooperação internacional; 2) diferenças culturais e procedimentos legais para entrada, subsistência e saída para outros países; 3) receber e auxiliar visitas de especialistas em reuniões internacionais profissionais e de cortesia, bem como delegações de organizações internacionais, autoridades e estudantes estrangeiros; 4) fornecer informações sobre oportunidades acadêmicas internacionais dentro da comunidade universitária, bem como sobre atividades universitárias em outros países; 5) orientação e assessoria a professores, alunos e técnicos de instituições internacionais interessados em estudar, desenvolver pesquisas ou outras atividades acadêmico-científicas e culturais na universidade; 6) auxiliar a universidade nas negociações internacionais, além de participar das negociações e acompanhar a implementação dos instrumentos de cooperação internacional de interesse da universidade; 7) participação e coordenação da organização de atividades para o desenvolvimento de programas e ações integradas de cooperação técnico-científico-cultural com organismos internacionais da jurisdição da Assessoria de Relações Internacionais ou a Pró-Reitoria de Internacionalização.

m) Mobilidade de especialistas em áreas de interesse estratégico para desenvolvimento institucional:

A mobilidade de especialistas, o compartilhamento de conhecimento e a transferência de tecnologia estimularão propostas de novos conceitos e projetos com foco em tecnologia, inovação e sustentabilidade. Essas áreas estratégicas devem promover o cenário de projetos acadêmicos, científicos e internacionais da universidade e agregar aos alunos sua inserção em um contexto globalizado. Nessa linha, Luce *et. al.* prelecionam:

Nesta direção, a par de iniciativas institucionais, tem sido crescentes as ações governamentais nas atuais políticas de internacionalização da educação superior, sendo a mobilidade acadêmica considerada uma estratégia importante para a formação educativa, por proporcionar a aquisição de conhecimentos e habilidades essenciais para que os sujeitos possam experimentar, na condição de estudantes e professores, o mundo globalizado, interagir no mercado multicultural e contribuir para o desenvolvimento social. Porém, é preciso ter presente que a qualidade da mobilidade depende dos objetivos

nacionais que com ela se deseja alcançar, para que se possa então definir, inclusive a nível institucional, seus critérios de qualidade. Por conseguinte, é de fundamental relevância avaliar as políticas e as ações institucionais no que tange à mobilidade acadêmica, com o intuito de qualificar a oferta e assim instigar estudantes do exterior a vir em mobilidade para as universidades brasileiras.¹⁴³

Nesse sentido, deve ser incentivado o envolvimento dos diversos programas de pós-graduação na formulação de projetos para professores visitantes do exterior e também para os acadêmicos, a fim de atuarem como disseminadores de conhecimento com sólida experiência internacional em áreas estratégicas do conhecimento e também para fortalecerem e aprenderem com essas oportunidades.

n) Destacar as vantagens geradas pela internacionalização das universidades:

Vista como produto e resposta à globalização, a internacionalização tem também uma orientação econômica. Na tradição anglo-americana do ensino superior, a internacionalização está cada vez mais associada à mercantilização e comercialização do ensino superior. Há competição internacional de recrutamento entre instituições de ensino superior para atrair estudantes estrangeiros de países privilegiados, a fim de gerar receita, garantir perfil nacional e construir reputação internacional. Taxas de matrícula mais altas para estudantes estrangeiros estão entre os interesses econômicos dos gestores. Os estudantes internacionais contribuem para a economia do país anfitrião através de mensalidades, matrículas para as Instituições de Ensino e despesas de subsistência durante os estudos para a região na qual realizarão os cursos.

As instituições de ensino superior incentivam a interação entre estudantes internacionais e nacionais para desenvolver suas habilidades culturais em preparação para um futuro globalizado. A crescente internacionalização fez com que estudantes de países com acesso limitado a oportunidades de ensino superior doméstico pudessem concluir e receber sua educação em um país estrangeiro. As IES que oferecem experiências de internacionalização, seja transfronteiriça ou dentro do próprio campus, são consideradas mais respeitadas e competitivas do que as IES com iniciativas de mobilidade internacional limitadas.

¹⁴³ LUCE, M. B.; FAGUNDES, C. V.; GONZÁLEZ MEDIEL, O. Internacionalização da educação superior: a dimensão intercultural e o suporte institucional na avaliação da mobilidade acadêmica. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 21, n. 2, p. 317-339, jul. 2016.

O surgimento de conceitos como internacionalização da política educacional, programas de intercâmbio de alunos e servidores, internacionalização do currículo, internacionalização em casa, ou mesmo o surgimento de agências multinacionais para agilizar os intercâmbios globais no ensino superior estão levando os formuladores de políticas educacionais a professar a política educacional nas próprias políticas externas das nações.

O aumento de estudantes internacionais em instituições de ensino superior levou o corpo docente a adaptar seu estilo de ensino e entrega de conteúdo para melhor atender às diversas necessidades dos alunos, principalmente as lacunas linguísticas em sala de aula. Essas modificações acadêmicas incluem fornecer materiais focados na diversidade, incentivar a colaboração intercultural na sala de aula, apresentar imagens/visuais para apoiar o conteúdo das palestras. Ao nível de pós-graduação, a internacionalização do ensino superior tem demonstrado contribuir para a internacionalização da pesquisa científica, uma vez que os investigadores que viajaram como parte dos seus estudos tendem a manter as redes e ligações que formaram enquanto estudantes.

Desse modo, expostas as sugestões de aplicabilidade prática nas alíneas anteriores, pretende-se que o conteúdo exemplificado possa ser utilizado na elaboração dos planos de internacionalização das Universidades brasileiras, cada uma com seu foco principal. Ademais, nos subtópicos seguintes explicaremos mais alguns fatores importantíssimos na concretização dos objetivos dessa pesquisa científica.

4.3.1 Ações de internacionalização das universidades no contexto do pós-pandemia

As mudanças ocorridas devido ao surto da pandemia de COVID-19 tornaram-se a principal pauta do discurso do ensino superior em 2020-2021. Os cientistas antecipam profundas mudanças sistêmicas no ensino superior como o conhecemos e apontam para o impacto a longo prazo da pandemia. Embora a dinâmica imprevisível e a complexidade dos efeitos diretos e indiretos da pandemia prolongada ainda não permitam uma avaliação completa das suas consequências, a investigação baseada nos dados recolhidos no ano letivo 2020-2021 oferece a oportunidade de avaliar os

efeitos intermédios, as mudanças e as tendências pandêmicas no contexto do Ensino Superior.¹⁴⁴

O valor atrelado à internacionalização universitária, em escala mundial, durante a pandemia foi afetado por inúmeras questões de grande relevância. A priori, vale destacar a capacidade resiliente e de adaptação sistemática do Ensino Superior ao novo normal representam atuação essencial no sustentáculo e promoção da atividade internacional. Na sequência, vale colocar que as condições epidemiológicas, as regulamentações de migração e viagens determinam a abertura e atratividade de um país como destino de estudo. Além disso, a capacidade de envolvimento em atividades internacionais on-line evidenciou-se. Vários fatores adicionais entram em jogo: por exemplo, mudanças nos mercados de trabalho e turbulências políticas globais e regionais sempre afetaram a qualidade da internacionalização, mas a importância e o impacto desses fatores aumentaram em demasia diante da pandemia, exigindo uma resposta ágeis das universidades.¹⁴⁵

O processo de internacionalização das universidades experimentou flutuações notáveis durante a pandemia. A primeira fase de testes de estresse começou em março e durou até o final do verão de 2020. Nesta fase, as universidades tiveram que encontrar respostas imediatas em condições de total incerteza. A segunda fase começou com o novo ano letivo 2020-2021, quando as instituições começaram a se adaptar e desenvolver soluções de longo prazo para mitigar riscos em novas condições, aproveitando as experiências, erros e descobertas do período letivo anterior.¹⁴⁶

Outro aspecto que merece destaque ao estudar o ensino superior público no Brasil são as dificuldades palpáveis relacionadas à desigualdade no nível institucional, que se tornaram ainda mais evidentes durante a pandemia. Assim como em outros países, as principais e mais tradicionais instituições brasileiras - por exemplo, a Universidade de São Paulo, a Universidade Estadual de Campinas e outras - pareciam mais resilientes e preparadas para a crise da pandemia devido a uma infraestrutura digital mais desenvolvida em um nível mais alto de competência digital do pessoal

¹⁴⁴ ROCHA, J. C. Internacionalização da pesquisa, pós-graduação e redes digitais: um relato da experiência do centro de referência em desenvolvimento e humanidades da universidade do estado da bahia. **Emrede - Revista de Educação A Distância**, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 1-17, 2 de maio de 2022.

¹⁴⁵ ABC - Academia Brasileira de Ciências. **Governo Federal envia a Congresso proposta de liberação de parte dos recursos do FNDCT**. POLÍTICA DE CTIE, 06 dez. 2021.

¹⁴⁶ LOURENÇO, R. L.; PETENUCCI, M. E. Balanced Scorecard como modelo para implementar a internacionalização na universidade pública. **Dialnet**, v. 19, n. 50, 2022.

docente - e administrativo. Quanto às universidades regionais mais jovens, verificou-se que mesmo sendo federais, a transição não tem sido tão suave e estudantes e acadêmicos têm experimentado mais efeitos negativos tanto em termos de qualidade de ensino e bem-estar quanto nos processos de internacionalização (ibid.).

As observações constatadas pelos estudiosos, evidenciam que a pandemia gerou impactos em muitos aspectos da política internacional. Nesse quesito, a pandemia acelerou a ascensão do nacionalismo e do protecionismo, podendo-se observar casos em que a cooperação internacional perdeu legitimidade e medidas extremas de segurança nacional, como estocar suprimentos médicos essenciais, encerrar operações comerciais multilaterais e xenofobia, tornando as relações internacionais mais tensas. Na frente econômica, a pandemia atingiu duramente a economia global, acelerando a transição da globalização econômica para a regionalização e localização. No Brasil, notou-se que a turbulência política e econômica teve um impacto duradouro no intercâmbio educacional. Organizações internacionais como a UNESCO, além de grupos de acadêmicos de vários países, têm realizado pesquisas sobre a mobilidade de estudantes internacionais após a pandemia. Todos esses estudos preveem que a mobilidade internacional de estudantes diminuirá, já que a COVID-19 está apresentando alguns efeitos indiretos e de longo prazo. A pandemia do COVID-19 mudou o peso dos fatores que influenciam as decisões de estudantes e pais no exterior bem como as escolhas de países de destino; além disso, a saúde e a segurança terão uma posição mais proeminente.¹⁴⁷

Como exemplo de ações focadas na internacionalização das universidades no contexto do pós-pandemia, vale destacar a parceria do Ministério da Educação e Cultura (MEC) e Conselho Nacional das Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (CONFAP) com o *British Council*. Por meio desta, houve o lançamento da Chamada de Internacionalização e Políticas Linguísticas de Apoio ao Ensino Superior Público e à Formação Privada em Colaboração Internacional. Durante a chamada, ocorrida no contexto da pandemia, o processo seletivo ocorreu em *home office*, ou seja, a contribuição internacional entre as universidades foi promovida sem depender exclusivamente de programas de mobilidade. Além de participar de um ciclo gratuito

¹⁴⁷ CARVALHO, S. R.; LEAL, F. G.; BÚRIGO, C. C. Internacionalização das Universidades Federais Brasileiras no Contexto da Pandemia da Covid-19. XX Colóquio Internacional de Gestão Universitário - CIGU, *Anais [...]*, 11 p., nov. 2021.

de oficinas, as instituições de ensino puderam se inscrever em projetos de estruturação de programas multiculturais.¹⁴⁸

O *British Council* tem a previsão de as universidades brasileiras continuem trabalhando com instituições de ensino superior do Reino Unido para criar um programa robusto de internacionalização para a comunidade acadêmica e o campo de pesquisa e extensão. Um dos resultados esperados do programa é fortalecer a imagem da pesquisa brasileira no exterior. Outro pilar prático de atuação no contexto pós-pandêmico é a realização de oficinas gratuitas com o objetivo de capacitar as universidades a estruturar pedidos de internacionalização (ibid.).

A seguir, observaremos a matriz multidimensional de (auto) avaliação da internacionalização das Universidades, com o intuito de esclarecer e oferecer ferramentas para identificar os pontos que necessitam ser trabalhados dentro e fora da Instituição de Ensino para a concretização com excelência do seu processo de internacionalização.

4.3.2 Matriz multidimensional de (auto) avaliação da internacionalização

Atualmente existem formas para as IES se (auto) avaliarem. Para isso, apresentar-se-á a Matriz Multidimensional de (Auto) Avaliação da Internacionalização, desenvolvida pelo autor Gabriel Brito Amorim, em sua Tese de Doutorado em Linguística, com base em suas profundas pesquisas sobre o tema. Vejamos a seguir a figura exemplificativa:

¹⁴⁸ Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2021-02/edital-preve-internacionalizacao-de-universidades-brasileiras#:~:text=A%20inten%C3%A7%C3%A3o%20%C3%A9%20durante%20a,de%20programas%20relacionados%20%C3%A0%20mobilidade>. Acesso em: 05 maio 2022.

Figura 144: Matriz Multidimensional de (Auto) Avaliação da Internacionalização.
CATEGORIA: POLÍTICA LINGUÍSTICA

N°	INDICADORES	SIM	NÃO	NÃO SEI
1	A IES possui uma política linguística institucional aprovada que contempla os três pilares da universidade (ensino, pesquisa e extensão).			
2	O papel das línguas estrangeiras nos três pilares da universidade (ensino, pesquisa e extensão) é bem definido no plano de internacionalização da IES.			
3	A IES adota diferentes línguas para diferentes finalidades (admissão, ensino, instrução, pesquisa e comunicação) e possui diretrizes específicas para cada dimensão de uso das línguas (admissão, ensino, instrução, pesquisa e comunicação) em seu documento de política linguística institucional.			
4	A IES, através de sua política linguística institucional, promove a pluralidade das línguas nos campi da IES.			
5	O(s) teste(s) de proficiência, bem como os scores exigidos para admissão tanto na graduação quanto na pós-graduação da IES, está/estão descrito(s) na política linguística da IES e é/são cancelado(s) pela comunidade acadêmica internacional, dialoga(m) com outros exames internacionalmente conhecidos e tem/têm pontuação padronizada em toda a IES.			
6	A IES possui curso(s) de Letras.			
6.1	A IES possui curso(s) de Letras com licenciatura dupla.			
6.2	A IES possui um curso de Letras com licenciatura única.			
6.3	O departamento de Letras da IES oferta disciplinas eletivas e optativas para outros cursos em línguas estrangeiras.			
7	A IES oferta cursos de línguas estrangeiras a seu quadro de funcionários via Departamento de Desenvolvimento Pessoal (DDP).			
7.1	A IES incentiva seus docentes e técnico-administrativos (por meio de cursos de capacitação e/ou contagem de pontos para progressão, etc.) a participarem de cursos de línguas estrangeiras no NuLi-IsF.			
7.2	A IES incentiva seus docentes e técnico-administrativos (por meio de cursos de capacitação e/ou contagem de pontos para progressão, etc.) a participarem de cursos de línguas estrangeiras no Núcleo/Centro/Curso de Línguas.			
7.3	A IES oferta ações de capacitação de seus gestores e servidores para lidar com documentos estrangeiros em diferentes línguas estrangeiras.			
8	A IES possui um Núcleo/Centro/Curso de Línguas Extracurricular para a comunidade acadêmica.			
8.1	Há oferta de diferentes cursos de línguas estrangeiras no Núcleo de Línguas da IES para a comunidade acadêmica e externa.			
8.2	Há distribuição de bolsas tanto para a comunidade acadêmica quanto para a comunidade externa para estudar línguas estrangeiras no Núcleo/Centro/Curso de Línguas da IES.			
9	A IES é/já foi credenciada ao Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF).			
9.1	A IES possui um NuLi-IsF.			
9.2	A IES oferta cursos presenciais e online via IsF em línguas estrangeiras para sua comunidade acadêmica.			
9.3	O NuLi-IsF e o Núcleo de Línguas oferecem cursos de línguas de forma integrada.			
10	A IES incentiva e prepara seus docentes para ofertar disciplinas específicas em nível de graduação e pós-graduação de variadas áreas em línguas estrangeiras periodicamente por meio de cursos de capacitação, progressão funcional, etc.			
11	Há oferta de ações de extensão e pesquisa em línguas estrangeiras periodicamente para toda a comunidade acadêmica.			
12	A IES incentiva seus discentes para participarem de disciplinas específicas em línguas estrangeiras na graduação por meio de horas complementares, disciplinas eletivas/optativas, etc.			

13	A IES incentiva seus discentes para participarem de disciplinas específicas em línguas estrangeiras na pós-graduação por meio de horas complementares, disciplinas eletivas/optativas, etc.			
14	A IES possui um setor responsável por receber e encaminhar documentos em língua estrangeira.			
15	A IES possui servidores capacitados ou serviços para traduzir documentos oficiais em línguas estrangeiras.			

CATEGORIA: MOBILIDADE ACADÊMICA

N°	INDICADORES	SIM	NÃO	NÃO SEI
1	A IES possui uma coordenação de mobilidade <i>in</i> e <i>out</i> centralizada e capacitada para orientar o fluxo de entrada, permanência e saída de acadêmicos na IES.			
2	A IES possui programa(s) de mobilidade com e sem bolsas para discentes da graduação.			
3	A IES possui programa(s) de mobilidade com e sem bolsas para discentes da pós-graduação.			
4	A IES possui programa(s) de mobilidade com e sem bolsas ou outras formas de auxílio para docentes.			
5	A IES possui programa(s) de mobilidade com e sem bolsas ou outras formas de auxílio para servidores técnico-administrativo.			
6	Há equilíbrio entre programas e número de acadêmicos em mobilidade do tipo <i>in</i> e mobilidade do tipo <i>out</i> na IES.			
7	A IES tem parcerias com IES do “sul global” ²⁹ em seus programas de mobilidade.			
8	A IES tem parcerias com IES do “norte global” em seus programas de mobilidade.			
9	A IES oferta disciplina de Português como Língua Estrangeira (PLE) para seus estrangeiros na grade curricular e como ações de extensão e pesquisa.			
10	A IES incentiva colaboração acadêmica (virtual ou não) para docentes, discentes e servidores com outras universidades do mundo.			
11	A IES possui um plano de atração de discentes, docentes, pesquisadores e servidores estrangeiros em várias áreas.			
11.1	A IES possui docentes estrangeiros atuando na graduação.			
11.2	A IES possui docentes estrangeiros atuando na pós-graduação.			
11.3	A IES possui discentes estrangeiros do “sul global” na graduação.			
11.4	A IES possui discentes estrangeiros do “sul global” na pós-graduação.			
11.5	A IES possui discentes estrangeiros do “norte global” na graduação.			
11.6	A IES possui discentes estrangeiros do “norte global” na pós-graduação.			
11.7	A IES possui servidores estrangeiros do quadro técnico-administrativo advindos do “sul global” nos seus vários setores periodicamente.			
11.8	A IES possui servidores estrangeiros do quadro técnico-administrativo advindos do “norte global” nos seus vários setores periodicamente.			
12	A IES capacita sua comunidade e gestores para a mobilidade (tipos <i>in</i> e <i>out</i>) por meio de cursos de capacitação, oficinas de aprendizado, etc.			

²⁹ Os conceitos de Sul Global e Norte Global são epistemológicos e se referem à situação geopolítica e não necessariamente geográfica de alguns países. Esses termos serão utilizados nesta matriz segundo a perspectiva de Boaventura de Sousa Santos (SANTOS, 2011).

CATEGORIA: INTERNACIONALIZAÇÃO EM CASA

Nº	INDICADORES	SIM	NÃO	NAO SEI
1	A IES possui um plano de internacionalização documentado/aprovado por conselho superior.			
1.1	O plano de internacionalização da IES faz referência aos três pilares da universidade: ensino, pesquisa e extensão.			
1.2	O plano de internacionalização da IES faz referência a ações com IES do “sul global”.			
1.3	O plano de internacionalização da IES faz referência a ações com IES do “norte global”.			
1.4	O plano de internacionalização da IES faz referência a ações que englobem a realidade local da IES.			
1.5	A IES possui diferentes motivações e essas estão bem delineadas em seu plano de internacionalização, para se internacionalizar.			
1.6	As ações de internacionalização da IES são direcionadas a docentes, discentes (graduação e pós-graduação) e servidores de diferentes níveis.			
1.7	O plano de internacionalização da IES faz referência a gestores de todos os níveis e pilares da universidade (ensino, pesquisa e extensão).			
1.8	A IES possui um setor de relações internacionais.			
1.9	O plano de internacionalização da IES faz referência a ações de mobilidade contemplando nos três pilares da universidade (ensino, pesquisa e extensão) e os dois níveis de ensino (graduação e pós-graduação).			
1.10	O plano de internacionalização da IES faz referência a ações de internacionalização em casa contemplando os três pilares da universidade (ensino, pesquisa e extensão).			
2	A IES possui um programa de acolhimento abrangente para seus visitantes estrangeiros.			
2.1	A IES tem sinalização e avisos importantes em línguas estrangeiras para acolher/informar visitantes estrangeiros.			
2.2	A IES desenvolve atividades para integrar estrangeiros no campus/nos campi.			
2.3	A IES disponibiliza laboratórios, bibliotecas (físicas e digitais) e outros recursos a acadêmicos estrangeiros.			
2.4	A IES disponibiliza atendimento psicológico gratuito para seus visitantes estrangeiros.			
2.5	A IES disponibiliza atendimento pedagógico gratuito para seus visitantes estrangeiros.			
2.6	A IES disponibiliza auxílio saúde gratuito para seus visitantes estrangeiros.			
2.7	A IES disponibiliza um programa de alimentação gratuito ou restaurante universitário ou de baixo custo para seus visitantes estrangeiros.			
2.8	A IES possui estrutura ou programa de auxílio de hospedagem para seus visitantes estrangeiros.			
2.9	A IES possui estrutura ou programa de auxílio de transporte de seus visitantes estrangeiros para o(s)/do(s) campus/campi.			
2.10	A IES possui um manual/guia de informações para o visitante estrangeiro.			
3	A relação global-local é levada em consideração na formulação dos currículos graduação da IES.			
3.1	Os currículos da graduação são pensados/formulados de maneira a suscitar a colaboração (virtual ou não) intercultural entre universidades do “sul global”.			
3.2	Os currículos da graduação são pensados/formulados de maneira a suscitar a colaboração (virtual ou não) intercultural entre universidades do “norte global”.			
3.3	A IES incentiva seus discentes de graduação a formarem parcerias para publicação internacional em línguas estrangeiras com acadêmicos de universidades do “sul global” por meio de auxílio para tradução, fomento, etc.			
3.4	A IES incentiva seus discentes de graduação a formarem parcerias para publicação internacional em línguas estrangeiras com acadêmicos de universidades do “norte global” por meio de auxílio para tradução, fomento, etc.			

4	A relação global-local é levada em consideração na formulação dos currículos pós-graduação da IES.			
4.1	Os currículos da pós-graduação são pensados/formulados de maneira a suscitar a colaboração (virtual ou não) intercultural entre universidades do “sul global”.			
4.2	Os currículos da pós-graduação são pensados/formulados de maneira a suscitar a colaboração (virtual ou não) intercultural entre universidades do “norte global”.			
4.3	A IES incentiva seus discentes de pós-graduação a formarem parcerias para publicação internacional em línguas estrangeiras com acadêmicos de universidades do “sul global” por meio de auxílio para tradução, fomento, etc.			
4.4	A IES incentiva seus discentes de pós-graduação a formarem parcerias para publicação internacional em línguas estrangeiras com acadêmicos de universidades do “norte global” por meio de auxílio para tradução, fomento, etc.			
5	A IES oferece atividades de capacitação a seu quadro de docentes e servidores para interações com acadêmicos estrangeiros.			
5.1	A IES incentiva seus docentes a formarem parcerias para publicação internacional em línguas estrangeiras com acadêmicos de universidades do “sul global”.			
5.2	A IES incentiva seus docentes a formarem parcerias para publicação internacional em línguas estrangeiras com acadêmicos de universidades do “norte global”.			
5.3	A IES incentiva seu quadro funcional técnico-administrativo a formarem parcerias para publicação internacional em línguas estrangeiras com profissionais de universidades do “sul global”.			
5.4	A IES incentiva seu staff técnico-administrativo a formarem parcerias para publicação internacional em línguas estrangeiras com profissionais de universidades do “norte global”.			
6	A IES possui uma política de incentivo a revalidação/reconhecimento de créditos acadêmicos obtidos no exterior para incentivar seus docentes, discentes e quadro de funcionários técnico-administrativos a buscarem especialização acadêmica ou outras ações de pesquisa, ensino e extensão no exterior.			
7	A cultura local é pensada e integrada às atividades de imersão cultural estrangeira no campus/nos campi.			
8	A competência intercultural é levada em consideração nas interações com acadêmicos estrangeiros.			

Fonte: AMORIM, 2020.¹⁴⁹

A Matriz, como se vê, é composta por três categorias, quais sejam, Política Linguística, Mobilidade Acadêmica e Internacionalização em Casa. O autor menciona que essas categorias estão intimamente ligadas às três dimensões da Matriz (Ensino, Pesquisa e Extensão), que são também pilares das Instituições de Ensino Superior. Dentro das categorias expostas, existem 86 (oitenta e seis) indicadores a serem avaliados, todos com o mesmo peso e com três opções de respostas: sim, não e não sei. Amorim, colaciona ainda, um quadro resumo de sugestões de classificação da Matriz, relacionando a quantidade de pontos (sim) com as notas da CAPES. Observe:

¹⁴⁹ AMORIM, G. B. **A internacionalização do ensino superior no Brasil: uma proposta de matriz multidimensional de (auto)avaliação**. 2020. 145 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

Figura 155: Resumo de sugestões de Classificação da Matriz.

Classificações	Nota CAPES	Porcentagem (\cong)	Pontos (“sim”)
Internacionalizada	Nota 5	85% – 100%	70 – 86
Engajada	Nota 4	60% – 84%	50 – 69
Emergente	Nota 3	Menor que 60%	Menos de 50

Fonte: AMORIM, 2020.¹⁵⁰

De acordo com o autor, a matriz tem por objetivo propiciar às IES uma reflexão sobre seu próprio processo de internacionalização, servindo para sua (auto) avaliação geral ou em alguma categoria específica. Cita ainda, o exemplo de sua Universidade de origem, a UFES – Universidade Federal do Espírito Santo, a qual possui uma estrutura para sua própria internacionalização, podendo ser exemplificada da seguinte forma e com a seguinte estrutura:

- Plano de internacionalização aprovado pelos Conselhos Superiores (formado por docentes e gestores);
- Secretaria de Relações Internacionais;
- Comissão Permanente de Internacionalização;
- Núcleo de Línguas:
 - ✓ Programa de Extensão Curso de Línguas;
 - ✓ Projeto de Certificação em Proficiências;
 - ✓ *Reading Club*;
 - ✓ Educação Continuada com Professores de Língua Inglesa (ECOPLI);
 - ✓ Português para Estrangeiros EAD;
 - ✓ Língua e Cultura na Escola – Criarte e Espanhol para a 3ª idade.
- Universidade credenciada ao Programa Idiomas sem Fronteiras (IsF);
- Acordos Internacionais com IES de vários continentes;¹⁵¹

Desse modo, pode-se verificar a forma estruturada que as Universidades podem seguir para implementação do seu próprio processo de internacionalização,

¹⁵⁰ AMORIM, G. B. **A internacionalização do ensino superior no Brasil**: uma proposta de matriz multidimensional de (auto)avaliação. 2020. 145 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

¹⁵¹ AMORIM, G. B. **A internacionalização do ensino superior no Brasil**: uma proposta de matriz multidimensional de (auto)avaliação. 2020. 145 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

em conjunto com os processos apresentados no capítulo anterior, no qual fora explanado sobre o processo de internacionalização da UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora.

Outrossim, em seguida, analisaremos pontos importantes para as diretrizes de criação do perfil institucional no cenário global que deverão acima de tudo, serem implementadas em conjunto com os apontamentos das alíneas para o modelo prático.

4.3.3 Perfil institucional no cenário global

A universidade deve estar envolvida com a excelência em ensino, pesquisa e extensão para que assim haja o fortalecimento dos cursos de graduação e pós-graduação, visando diferentes áreas do conhecimento e atendendo às necessidades de uma sociedade global. Os focos dos programas de graduação e de pós-graduação devem ser voltados para diferentes áreas do conhecimento, que têm ampliado cada vez mais as direções de pesquisa e os recursos disponibilizados para elas na instituição por meio de diversos programas de financiamento nacionais e internacionais.

Assim, o novo cenário global impulsiona a universidade para o desenvolvimento internacional, com base nos princípios de transparência, reciprocidade, viabilidade, planejamento e registro de suas ações, a fim de criar um perfil institucional agradável e conectado ao mundo internacional. Esse perfil institucional deve ser visível nas plataformas digitais para que a sociedade e a comunidade acadêmica absorvam as ações efetivas da universidade com a globalização, pois o mundo nos propõe desenvolver estratégias para globalizar.

Desse modo, para a criação do perfil institucional da Universidade no cenário internacional, sugere-se uma concentração em 05 (cinco) grandes áreas, quais sejam: a história da Instituição, a finalidade e/ou missão, as áreas de atuação acadêmica, os eixos temáticos e objetivos e as metas do plano de internacionalização. Esse perfil será exemplificado no próprio Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Instituição de Ensino que poderá ser visto em plataformas digitais, com o intuito de que a comunidade acadêmica e a sociedade consigam perceber as ações e estratégias efetivas da IES.¹⁵²

¹⁵² SPDI. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**. Disponível em: <https://www.spdi.ufscar.br/governanca/pdi>. Acesso em: 15 jun. 2022.

Na primeira área de concentração, pode-se tratar do contexto histórico da Universidade, neste tópico será contado como a Instituição se desenvolveu ao longo do tempo, principalmente sua evolução em termos de estrutura e expansão dos *Campi*.¹⁵³

Já na segunda área, sugere-se abordar sobre a finalidade da Instituição de Ensino e sua evolução ao longo do tempo, pois, geralmente, tem-se uma mudança de perspectiva de investimentos conforme as Universidades vão se desenvolvendo com o passar dos anos. Do mesmo modo, em tópicos únicos ou distintos, pode-se mencionar a missão da IES.¹⁵⁴

Por conseguinte, mostra-se também relevante a exemplificação das áreas de atuação acadêmica com a demonstração do projeto pedagógico e seus princípios norteadores. Logo em seguida, sugere-se uma abordagem mais detalhada dos eixos temáticos e seus objetivos (metas), podendo se criar um comparativo com os períodos anteriores.¹⁵⁵

No tópico seguinte, verificar-se-á como este perfil, estas sugestões, este plano de internacionalização poderá ser distribuído na prática, dentro das estruturas administrativas das Universidades, públicas ou privadas, cada uma com suas adaptações.

4.3.4 Estrutura Institucional Sugerida

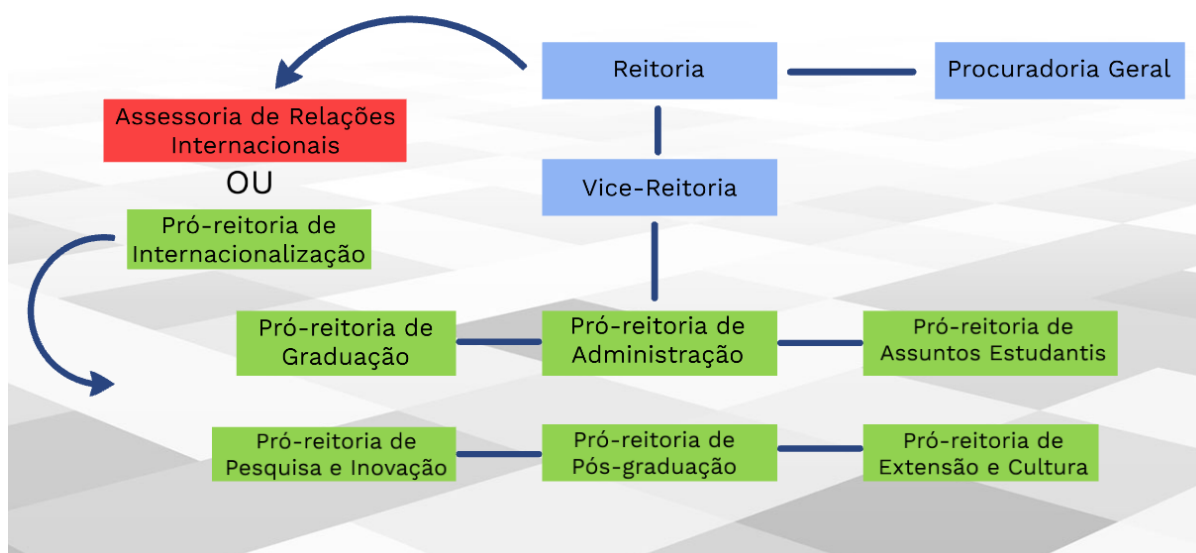
Neste subtópico, sugere-se uma estrutura base, no âmbito interno da IES, para a inserção do Órgão ou Departamento responsável que se responsabilizará pela internacionalização da Instituição. Portanto, inicialmente, aconselha-se que seja criada uma Assessoria de Relações Internacionais ou uma Pró-Reitoria de Internacionalização, ambas com a mesma finalidade e missão, mas com a estrutura um pouco diferente. Vejamos a figura do organograma:

¹⁵³ SPDI. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**. Disponível em: <https://www.spdi.ufscar.br/governanca/pdi>. Acesso em: 15 jun. 2022.

¹⁵⁴ UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Avaliação PDI 2012-2016**. Disponível em: http://www.ufopa.edu.br/pdi/public/uploads/arquivos/documento_indutor_-_gts.pdf. Acesso em: 21 jul. 2022.

¹⁵⁵ SPDI. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**. Disponível em: <https://www.spdi.ufscar.br/governanca/pdi>. Acesso em: 15 jun. 2022.

Figura 16: Organograma.

ESTRUTURA INSTITUCIONAL SUGERIDA

Fonte: Do autor.

Dessa forma, caso seja feita a opção pela criação da Assessoria de Relações Internacionais, tomando como exemplo a Diretoria de Relações Internacionais da UFJF, exemplificada no capítulo 02, teremos um órgão executivo superior na estrutura organizacional da IES que se vinculará diretamente à Reitoria. Esse órgão executivo poderá contar com estrutura interna própria, por exemplo, com comissões e secretariados, etc.

A Assessoria de Relações Internacionais estaria dentro da estrutura administrativa, como uma extensão da própria Reitoria, mas com sua independência preservada, haja vista sua natureza de órgão executivo superior. Entretanto, é válido mencionar também que esse “departamento” poderá ser criado como órgão suplementar, vinculado à Reitoria. Em sua atuação, pode-se dizer que a assessoria teria um contato direto e mais frequente com duas Pró-Reitorias, quais sejam, a Pró-Reitoria de Graduação e a Pró-Reitoria de Pós-Graduação.¹⁵⁶

Seja órgão executivo, seja órgão suplementar, a criação desses dependerá de criação de regulamentos próprios a serem aprovados pelo Conselho Universitário de cada Universidade, geralmente denominado de CONSUNI. Trata-se de órgão superior

¹⁵⁶ ESTATUTO DA UNIRV – Universidade de Rio Verde. De 05 de novembro de 2021, que aprova o estatuto da FESURV - Universidade de Rio Verde (UniRV), Rio Verde, Estado de Goiás, 2021. Disponível em: <https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/doc01722120220405195718.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2022.

no âmbito das Universidades que pode ter e geralmente tem, funções de caráter consultivo, normativo, deliberativo e de planejamento.¹⁵⁷

Nesse sentido, tem-se a Assessoria de Cooperação Internacional criada pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, departamento vinculado ao Gabinete do Reitor, cuja finalidade e missão é consolidar a internacionalização da IES e suas relações interinstitucionais. Segundo a Instituição, a assessoria foi criada com base na necessidade crescente de unificar as ações existentes de cooperação internacional, principalmente, dentro da Universidade.¹⁵⁸

Por outro lado, caso seja feita a opção pela criação da Pró-Reitoria de Internacionalização, ela ficará ao lado das demais Pró-Reitorias da Instituição, também como órgão executivo superior, com subordinação à Reitoria e Vice-Reitoria. Essa opção também deverá ser precedida da criação de regulamento próprio.

Portanto, percebe-se que há uma certa flexibilidade estrutural para se dar início ao processo de internacionalização da IES. Assim como visto no caso da UFJF, existem várias formas para esse início, no entanto, com o plano de internacionalização definido com suas ações e diretrizes, esse processo será mais rápido e menos desgastante, do ponto de vista organizacional. Dessa forma, pretende-se com esta dissertação entregar um verdadeiro modelo prático a ser desenvolvido pelas Universidades que decidirem se expandir internacionalmente. Ademais, sugere-se o acompanhamento desse processo por profissionais capacitados que tenham afinidade com o tema e estudos voltados para a área.

¹⁵⁷ ESTATUTO DA UNIRV – Universidade de Rio Verde. De 05 de novembro de 2021, que aprova o estatuto da FESURV - Universidade de Rio Verde (UniRV), Rio Verde, Estado de Goiás, 2021. Disponível em: <https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/doc01722120220405195718.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2022.

¹⁵⁸ UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. **Plano de Implantação de uma política de internacionalização na Universidade Federal Rural de Pernambuco 2018-2022**. Disponível em: <http://print.ufrpe.br/sites/default/files/Projeto%20de%20Internacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20UFRPE%202018.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

5 CONCLUSÃO

Na presente dissertação, realizou-se diversas considerações atinentes às reformas educacionais no ensino superior evidenciando o impacto na internacionalização das IES e como seu processo é realizado. Pode-se concluir que as políticas focadas para este fim são demasiadamente importantes, já que possibilitam a fluidez acadêmica internacional na graduação e na pós-graduação, além de propiciar o intercâmbio de conhecimentos e pesquisas.

Luce *et. al.* concluíram, em seus estudos sobre a internacionalização da educação superior, acerca do reconhecimento da importância das seguintes atividades:

(1) qualificar as ações da instituição para receber maior número de alunos estrangeiros; (2) atentar às debilidades destacadas como o fortalecimento da oferta de idiomas pela instituição, especificamente da oferta da aprendizagem da Língua Portuguesa; (3) investir e planejar a formação dos professores para que estes atuem no sentido de dar mais qualidade à mobilidade e, por esta via, para a internacionalização da instituição; e (4) fomentar a participação dos estudantes nas atividades estudantis e de extensão.¹⁵⁹

Morosini e Nascimento, reforçam que a educação pode contribuir para um processo de integração cultural, prelecionam que além das contribuições na produção de conhecimento e na formação humana que levam ao desenvolvimento socioeconômico, também deve-se conduzir a uma abertura das relações, com o fim de preservar o respeito e a igualdade de direitos de culturas diferentes.¹⁶⁰

Nossa pesquisa, no entanto, oferece em relação às ações práticas para implementação do processo de internacionalização (plano de internacionalização) nas universidades públicas, 20 (vinte) frentes: i) visar a Conectividade Global; ii) atuar em parcerias e redes internacionais; iii) mapear as relações internacionais já existentes na universidade; iv) desenvolver a promoção de novas relações internacionais com a universidade; v) divulgar as oportunidades e eventos de cunho internacional; vi) promover acordos e parcerias com instituições internacionais; vii) promover a

¹⁵⁹ LUCE, M. B.; FAGUNDES, C. V.; GONZÁLEZ MEDIEL, O. Internacionalização da educação superior: a dimensão intercultural e o suporte institucional na avaliação da mobilidade acadêmica. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 21, n. 2, p. 317-339, jul. 2016. p. 335.

¹⁶⁰ MOROSINI, M. C.; NASCIMENTO, L. M. D. Internacionalização da Educação Superior no Brasil: a produção recente em teses e dissertações. **Educação em Revista**, v. 1, n. 33, p. 1-27, 2017. p. 21.

qualificação dos discentes; viii) atualizar a grade curricular de forma que estes se equiparem às instituições de ensino internacionais; ix) equiparar disciplinas; x) estimular a oferta de disciplinas em língua inglesa; xi) aumentar a participação de discentes estrangeiros; xii) criar programas e projetos de pesquisa em colaboração com instituições estrangeiras; xiii) desenvolver ações de extensão em conjunto com instituições internacionais; xiv) elaborar perfil institucional no cenário global; xv) ofertar serviços educacionais na universidade e exterior; xvi) promover a mobilidade de especialista em áreas de interesse estratégico; xvii) destacar as vantagens geradas pela internacionalização; xviii) promover ações de internacionalização da universidade específicas para o cenário pós-pandêmico; xix) utilizar a matriz multidimensional de (auto) avaliação da internacionalização; e, por fim, xx) fluxograma contendo a estrutural institucional sugerida.

Ademais, vale destacar que o ensino superior passou e ainda passa por rápidas transformações, embora muitas tendências estejam enraizadas em questões pré-pandemia, novos fatores se tornam parte integrante do domínio do ensino superior com a ocorrência da pandemia. Principalmente no uso da tecnologia como meio integrativo, por meio do qual se quebra, especialmente, as barreiras geográficas existentes.

Primeiro, a resiliência de diferentes sistemas educacionais durante a pandemia é um fator importante para uma internacionalização bem-sucedida, não apenas porque sistemas educacionais estáveis são mais atraentes para estudantes internacionais, mas também, porque universidades resilientes têm mais recursos para realizar atividades internacionais e desenvolver novas práticas.

Em segundo lugar, novas práticas, como mobilidade virtual, cooperação em pesquisa virtual, comunidades de estudantes internacionais on-line, entre outras, estão se tornando mais difundidas. Embora seja esperado que após a pandemia muitas atividades retornem ao formato presencial, o domínio digital provavelmente se tornará uma parte tangível da educação em geral e da internacionalização em particular, pois a massa crítica das universidades está adotando ativamente instrumentos digitais para ensino, pesquisa e tarefas gerenciais.

Finalmente, cabe destacar que a mudança nos fatores de atração para a internacionalização afeta o mapa dos fluxos estudantis: muitos estudantes reconsideraram e adiam seus planos de estudar no exterior devido a questões financeiras e de saúde, condições epidemiológicas e questões de segurança em

diferentes destinos de estudo, ambiente político e vários outros fatores. Isso pode enfraquecer a posição dos atuais líderes no mercado global de educação e permitir que novos atores tomem seu nicho.

Desse modo, o presente trabalho científico, com base na ausência de um caminho claro e respaldado para o processo de internacionalização das Universidades Públicas Brasileiras, buscou entregar da forma mais cristalina possível um verdadeiro plano de internacionalização (multiformas), podendo ser aproveitado de várias formas dentro das IES. Sugere-se com base nas premissas elencadas no último capítulo, a criação de: a) plano de internacionalização; b) inclusão do plano no regimento interno ou no próprio estatuto das Universidades; c) Assessoria de Relações Internacionais ou a Pró-Reitoria de Internacionalização; d) criação de regimento próprio; e, e) criação das comissões de avaliação para a internacionalização e comissão especial de cooperação internacional. Com isso, define-se na presente dissertação a importância do tema a nível de desenvolvimento institucional e nacional, dado os vários ganhos que a sociedade obtém com o desenvolvimento educacional. Portanto, a partir do presente trabalho científico, tem-se o intuito de que os gestores interessados possam aproveitar todos os pontos aqui exemplificados para o desenvolvimento das Instituições de Ensino Superior a nível internacional.

REFERÊNCIAS

ABC - Academia Brasileira de Ciências. **Governo Federal envia a Congresso proposta de liberação de parte dos recursos do FNDCT**. POLÍTICA DE CTIE, 06 dez. 2021.

ALMEIDA, P. H. **O compartilhamento do conhecimento entre pesquisadores nacionais e internacionais do Programa Ciência sem Fronteiras**. Dissertação (Mestrado em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação). Programa de Pós-Graduação em Ciência, Gestão e Tecnologia da Informação. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2017.

ALMENDRA, C. C. **Globalização e imperialismo**. In: COGGIOLA, Osvaldo (org.). Revista Estudos. n.1. jun. p.133-165. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998.

ALTBACH, P. G.; REISBERG L.; RUMBLEY L.E. **Trends in Global Higher Education: tracking an academic revolution**. UNESCO. 2009.

ALTBACH, P.; KNIGHT, J. The Internationalization of Higher Education: Motivations and Realities. **Journal of Studies in International Education**. v. 11. n. 3/4. 290-305. 2007.

AMORIM, G. B. **A internacionalização do ensino superior no Brasil: uma proposta de matriz multidimensional de (auto)avaliação**. 2020. 145 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2020.

AMORIM, G. B.; FINARDI, K. R. Internacionalização do ensino superior e línguas estrangeiras: evidências de um estudo de caso nos níveis micro, meso e macro. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, [S.L.], v. 22, n. 3, p. 614-632, dez. 2017.

AUDY, J; MOROSINI, M. **Inovação, Universidade e Internacionalização: boas práticas na PUCRS**. EdIPUCRS: Rio Grande do Sul, 2010.

AZEVEDO, M. L. N. de. Transnacionalização e mercadorização da educação superior: examinando alguns efeitos colaterais do capitalismo acadêmico (sem riscos) no Brasil – A expansão privado-mercantil. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 1, n. 1, p. 86-102, ago. 2015.

BANCO MUNDIAL, **Construir Sociedades de Conocimiento: Nuevos Desafíos para la Educación Terciaria**. Washington: Banco Mundial. 2003.

BARTELL, M. **Internationalization of universities: A university culture-based framework**. Higher Education. Manitoba, Winnipeg, 2003.

BEETHAM, D. **Human rights as a model for cosmopolitan democracy**. In D. Archibugi, D. Held & M. Kohler (Eds.). Re-imagining political community: studies in cosmopolitan democracy. Cambridge: Polity Press, 1998.

BOLOGNA PROCESS. **European Higher Education Area**. Ministerial Declarations and Communiqués. Apresenta documentos sobre o Espaço Europeu de Ensino Superior. 2013a.

BRASIL. **Decreto n. 7.642, de 13 de dezembro de 2011**. Institui o Programa Ciência sem Fronteiras. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7642.htm. Acesso em: 27 jun. 2022.

BRASIL. **Decreto n. 7.948, de 12 de março de 2013**. Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Decreto/D7948.htm. Acesso em: 15 fev. 2022.

BRASIL. **Lei n. 3.858, de 23 de dezembro de 1960**. Cria a Universidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1960. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/l3858.htm. Acesso em: 27 jun. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Portal CSF. **Painel de Controle Ciência sem Fronteiras**. 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Institutos e Universidades Empreendedoras e Inovadoras – FUTURE-SE**. 2nd version. Brasília, 2019b. Disponível em: http://estaticog1.globo.com/2019/10/16/minuta_de_anteprojeto_de_lei__futurese__gt__portaria_1701__16102019.pdf. Acesso: Feb. 12, 2022.

BRASIL. **Ministério das Relações Exteriores**. Portal MRE. 2021.

BRASIL. **PEC-G**. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g>. Acesso em: 21 jun. 2022.

BRASIL. Tribunal Regional Federal da 1ª Região. **Mandado de Segurança Cível nº 1004568-09.2021.4.01.3600**. Revalidação de diploma (50003). Órgão julgador 8ª Vara Federal Cível da SJMT [...] Impetrante: Ricardo Lazzaretti. Impetrados: Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT e outros. 25 de junho de 2021. Disponível em: <https://trf-1.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/1237358885/mandado-de-seguranca-civel-10045680920214013600-secao-judiciaria-de-mato-grosso-trf01/inteiro-teor-1237358886>. Acesso em: 27 jun. 2022.

BRESSER-PEREIRA, L. C. **Crise econômica e reforma do Estado no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 1996

CAPES. **A internacionalização na Universidade Brasileira**: resultados do questionário aplicado pela CAPES. Brasília, 2017.

CAPES. **Guia para Aceleração da Internacionalização Institucional**: Pós-Graduação Stricto Sensu. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de->

conteudo/23122020_Guia_para_Aceleracao_da_Internacionalizacao_Institucional.pdf.
Acesso em: 26 jun. 2022.

CARVALHO, S. B. R. D; ARAÚJO, G. C. D. Gestão da internacionalização das instituições de ensino superior. **Avaliação**, Campinas, Sorocaba, SP, v. 25, n. 01, p. 113-131, mar./2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/QrmFmDCs45s3s75TsMLCR3q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 2 mai. 2022. p. 115.

CARVALHO, S. R.; LEAL, F. G.; BÚRIGO, C. C. Internacionalização das Universidades Federais Brasileiras no Contexto da Pandemia da Covid-19. XX Colóquio Internacional de Gestão Universitário - CIGU, **Anais [...]**, 11 p., nov. 2021.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

ESTATUTO DA UNIRV – Universidade de Rio Verde. De 05 de novembro de 2021, que aprova o estatuto da FESURV - Universidade de Rio Verde (UniRV), Rio Verde, Estado de Goiás, 2021. Disponível em: <https://www.unirv.edu.br/conteudos/fckfiles/files/doc01722120220405195718.pdf>. Acesso em: 27 jun. 2022.

FEIJÓ, N. F. **A internacionalização da educação superior no Brasil**: um estudo de caso de alunos estrangeiros do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFRGS. 2013.

FERREIRA, S.; OLIVEIRA, J. F. **A reestruturação da educação superior no Brasil no processo de Nuances**: estudos sobre Educação. Ano XVII, v. 17, n. 18, p. 50-67, jan./dez. 2010.

FIGUEIRÔA, C. C. **Internacionalização do Ensino Superior: um contributo para o estudo das estratégias da UBI e da UFJF**. Orientadores: João Manuel Messias Canavilhas. Luis Guilherme dos Santos Marques Pedro. 2021. 104 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Mestrado em Relações Internacionais, 2º Ciclo em Relações Internacionais, Universidade Beira Interior, Covilhã, Portugal, 2021.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7 ed., São Paulo: Atlas, 2019. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597020991/>. Acesso em: 29 jun. 2022.

GOOGLE MAPS. **Ciência sem Fronteiras: bolsistas pelo mundo**. Dez. 2015.

KNIGHT, J. Internationalisation: Key concepts and Elements. In: EUROPEAN UNIVERSITY ASSOCIATION. **Internationalisation of European Higher Education**. Berlin: Raabe, 2010.

KNIGHT, J. Student Mobility and Internationalization: trends and tribulations. **Research in Comparative and International Education**, Oxford, n.7, v. 1, p. 20-33, 2012.

KOSIK, Karel. **A Dialética do Concreto**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

LEHER, R. Universidade e heteronomia cultural no capitalismo dependente: um estudo a partir de Florestan Fernandes. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LIMA, L.; AZEVEDO, M. L. N.; CATANI, A. M. O processo de Bolonha, a avaliação da educação superior e algumas considerações sobre a universidade nova. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 13, n. 1, p. 7-36, mar. 2008.

LIMA, R. F. **Papel das casas de cultura estrangeira para a implementação das políticas linguísticas no processo de internacionalização da Universidade Federal do Ceará**. Orientadora: Maria Elias Soares. 2021. 114 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior) - Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão da Educação Superior, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

LOURENÇO, R.L.; PETENUCCI, M.E. Balanced Scorecard como modelo para implementar a internacionalização na universidade pública. **Dialnet**, v. 19, n. 50, 2022.

LUCE, M. B.; FAGUNDES, C. V.; GONZÁLEZ MEDIEL, O. Internacionalização da educação superior: a dimensão intercultural e o suporte institucional na avaliação da mobilidade acadêmica. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 21, n. 2, p. 317-339, jul. 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 9 ed., reimpr., São Paulo Altas, 2022. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597026580/>. Acesso em: 30 jun. 2022.

MARGINSON, S.; RHOADES, G. **Beyond national states, markets, and systems of higher education**: A glonacal agency heuristic. Netherlands: Higher Education Kluwer Academic Publishers, 2002. v.43.

MARTINEZ, K. L.; STALLIVIERI, L.; MAZON, M. S. Mobilidade Estudantil Internacional: Programa Ciência sem Fronteiras em evidência. In: XVI COLÓQUIO INTERNACIONAL DE GESTIÓN UNIVERSITARIA (CIGU). 16. 2016. Arequipa – Peru. **Gestión de la Investigación y Compromiso Social de la Universidad**. Santa Catarina. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/170995/OK%20-%20101_00419.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 19 jun. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **PEC-G**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pec-g>. Acesso em: 21 jun. 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Perguntas e respostas do Future-se, programa de autonomia financeira da educação superior**. 2020.

MIURA, I. K. **O processo de internacionalização da Universidade de São Paulo**: um estudo em três áreas de conhecimento. 2006. Tese (Livre Docência em Recursos

Humanos) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto, University of São Paulo, Ribeirão Preto, 2006.

MOROSINI, M. C. Estado do conhecimento sobre internacionalização da educação superior: conceitos e práticas. **Educar em Revista**, Curitiba, n.28, p.1-9, jul./dez. 2006.

MOROSINI, M. C. Internacionalização da produção de conhecimento em IES brasileiras: cooperação internacional tradicional e cooperação internacional horizontal. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 27, n. 1, 2011.

MOROSINI, M. C.; NASCIMENTO, L. M. D. Internacionalização da Educação Superior no Brasil: a produção recente em teses e dissertações. **Educação em Revista**, v. 1, n. 33, p. 1-27, 2017.

MUELLER, C. V. **O processo de internacionalização do ensino superior: um estudo de caso da Universidade Federal do Rio Grande do Sul**. Orientadora: Maria Susana Arrosa Soares. 2013. 74 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Mestrado em Relações Internacionais, Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

NEPP-DH. **Declaração Mundial sobre Educação Superior no Século XXI: Visão e Ação**. 1998. Disponível em: <http://www.nepp-dh.ufrj.br/onu12-2.html>. Acesso em: 26 jun. 2022.

NOGUEIRA, M. A.; AGUIAR, A. M. S.; RAMOS, V. C. C. Fronteiras desafiadas: a internacionalização das experiências escolares. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 29, n. 103, p. 355-76, mai./ago. 2008.

PEREIRA, V. M. **Relatos de uma Política**: uma análise sobre o Programa Ciência sem Fronteiras – Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2013.

PIMENTEL, A. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001.

PIRES DA SILVA, W. EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: Um conceito em Construção. **Revista Extensão & Sociedade**, [S. l.], v. 11, n. 2, 2020.

PRADO, L. A. **Educação: ajudar a pensar, sim, conscientizar, não**. Rio de Janeiro: Agir, 1991. 391 p.

ROCHA, J. C. Internacionalização da pesquisa, pós-graduação e redes digitais: um relato da experiência do centro de referência em desenvolvimento e humanidades da universidade do estado da bahia. **Em rede - Revista de Educação A Distância**, [S.L.], v. 9, n. 1, p. 1-17, 2 de maio de 2022.

ROSA, C. D. M. Marcos Legais e a Educação Superior no Século XXI: subtítulo do artigo. **Revista Eletrônica de Educação**, v. 8, n. 3, p. 236-250, dez./2005. Disponível

em: <http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/download/1029/369>. Acesso em: 24 dez. 2021.

SANTOS, B. S. **A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade**. São Paulo: Cortez, 2004.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil**: Campinas: Autores Associados, 2007.

SCHWARTZMAN, S. et. al. **Uma análise sobre o programa Future-se, proposto pelo Ministério da Educação**, 2019.

SGUISSARDI, V. **Universidade brasileira no século XXI: desafios do presente**. São Paulo: Cortez, 2009.

SICSÚ, A. B.; SILVEIRA, M. Avanços e retrocessos no marco legal da ciência, tecnologia e inovação: Mudanças necessárias. **Ciência e Cultura**, São Paulo, v. 68, n. 2, p. 04-05, 2016.

SILVA JÚNIOR, J. R.; FARGONI, E. H. E. Mundialização da educação superior: Notas sobre economia, produção de conhecimento e impactos na sociedade civil. **Revista Trabalho & Educação**, v. 28, n. 3, p. 35-49, set.–dez, 2019.

SILVA, João dos Reis Silva; FARGONI, Everton Henrique Eleutério. **Future-se: o ultimato na universidade estatal brasileira**. Educação & Sociedade, v. 41, 2020.

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009, p. 31-42.

SPDI. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**. Disponível em: <https://www.spdi.ufscar.br/governanca/pdi>. Acesso em: 15 jun. 2022.

TANOUE, A.D.; MORILAS, L.R. **A internacionalização do ensino superior no Brasil: um estudo de caso das políticas da Universidade de São Paulo**. Fórum de Gestão do Ensino Superior nos Países e Regiões de Língua Portuguesa, Anais [...], 14p., 2017.

TOURINHO, A. C.; BARBOSA, S. A.; ROCHA, C. H.; PRADO, T. O.; ALBERTO, K. C. O processo de consolidação e expansão do Campus da Universidade Federal de Juiz de Fora: reflexões sobre o REUNI e seus impactos nas transformações da paisagem do campus e seu entorno imediato. **Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v.13, p. 1-17. 2021.

UFJF. **Diretoria de Relações Internacionais**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/internationaloffice/relatorios-de-gestao/>. Acesso em: 24 jun. 2022.

UFJF. **Plano Institucional de Internacionalização**. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/internationaloffice/files/2018/02/Plano-Inst-UFJF-Homologado.pdf>. Acesso em: 12 abr. 2022.

UFJF. **Universidade Federal de Juiz de Fora.** Disponível em: <https://www2.ufjf.br/ufjf/>. Acesso em: 22 jun. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. Conselho Setorial de Graduação. **Regulamento Acadêmico de Graduação.** Juiz de Fora, 25 jan. 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ. **Avaliação PDI 2012-2016.** Disponível em: http://www.ufopa.edu.br/pdi/public/uploads/arquivos/documento_indutor_-_gts.pdf. Acesso em: 21 jul. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO. **Plano de Implantação de uma política de internacionalização na Universidade Federal Rural de Pernambuco 2018-2022.** Disponível em: <http://print.ufrpe.br/sites/default/files/Projeto%20de%20Internacionaliza%C3%A7%C3%A3o%20da%20UFRPE%202018.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

VIEIRA, A. C. **Internacionalização da educação superior brasileira: uma nova fase se inicia após o Ciência sem Fronteiras e o Inglês sem Fronteiras?** Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Sociedade e Cooperação Internacional do Centro de Estudos Avançados e Multidisciplinares, Universidade de Brasília, Brasília-DF, 2019.